Relatório de estágio realizado no Jornal de Negócios: A actualidade espanhola na imprensa económica portuguesa

Ezequiel Hortelano Marín

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, orientado pela Professora Doutora Teresa Maria Resende Cierco Gomes

Membros do Júri

Professor Doutor André Pereira Matos
Instituto Jurídico Portucalense - Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Professora Doutora Teresa Maria Resende Cierco Gomes
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

“On ets, Espanya? – no et veig enlloc.
No sents la meva veu atronadora?”

Joan Margall
Oda a Espanha

Sumário

Agradecimentos 5

Resumo 6

Resumen 7

Abstract 8

Introdução 9

Capítulo 1 – Contextualização Teórica 12

1.1. A Imprensa Económica 12

1.2. Breve resumo da história do jornalismo económico 16

1.3. A impresa económica em Portugal 20

Capítulo 2 – O problema da Catalunha 23

2.1. A Questão Territorial Espanhola 23

2.2. O Nacionalismo e Separatismo Catalão 27

2.3. O Desafio de 9 de Novembro de 2014: Tratamento e cobertura na imprensa económica portuguesa. Caso do *Jornal de Negócios* 31

2.3.1. Cronologia do 9 de Novembro de 2014 31

2.3.2. Metodologia 33

2.3.3. Resultados 34

Capítulo 3 – Estágio no *Jornal de Negócios* 41

3.1. Objectivos e Metodologia 41

3.2. Caracterização do *Jornal de Negócios* 42

3.3. Actividades Desenvolvidas 45

3.4. Problemas, Soluções e Balanço 57

Conclusão 61

Referências Bibliográficas 63

Anexos 66

Anexo I: Lista de peças informativas usadas na análise de conteúdo 66

Agradecimentos

A Pascual y Maria del Carmen, mis padres, por su apoyo incondicional. A ellos mi eterna gratitud.

A mis tíos Lourdes y José Fernando. Gracias por todo lo que habéis hecho por mí en estos años.

A mis amigos, por estar siempre ahí.

À minha orientadora, a professora Teresa Cierco, pela sua ajuda na realização deste trabalho.

Aos meus colegas do *Jornal de Negócios* pelas dicas, correções e conselhos.

A Portugal, minha gratidão.

Resumo

Tendo como base um estágio curricular na secção online do diário económico *Jornal de Negócios* o presente relatório pretende suscitar uma análise e reflexão sobre o tratamento da actualidade espanhola dentro de um jornal especializado em economia e finanças português. Concretamente este trabalho analisa a cobertura jornalística realizada pelo *Jornal de Negócios* ao desafio do governo autonómico da região espanhola da Catalunha no dia 9 de Novembro de 2014. Para este dia o presidente do governo regional, Artur Mas, agendou a realização de um referendo, qualificado de inconstitucional e, portanto, ilegal por parte do Tribunal Constitucional espanhol e pelo governo central espanhol liderado por Mariano Rajoy. Com esta consulta, o Executivo de Mas procurava que os cidadãos catalães decidissem se a Catalunha deve ou não ser um Estado e, em caso de a escolha ser positiva, se este hipotético Estado catalão deve ser independente ou não do resto do Estado espanhol.

Com a experiência de estágio dentro da redacção do *Jornal de Negócios* se nos brinda a oportunidade de enfrentarmos a actualidade económica e preocupações portuguesas. Também observar como é gerida e difundida a actualidade económica e política espanhola, sobretudo, no caso que ocupa este trabalho. Deparamo-nos em alguns momentos da realização do estágio ou deste próprio trabalho com alguns obstáculos que entorpeceram os objectivos iniciais, mas sempre trabalhamos para a sua superação.

Este trabalho está suportado por uma revisão bibliográfica específica, que visa sobre os principais assuntos do trabalho, ou seja, o jornalismo especializado em economia e a questão nacionalista da Catalunha. Junta-se a esta bagagem as experiências e a observação diária e continuada durante o período de estágio, assim como as interacções com o resto de jornalistas do diário.

Palavras-chave: Jornalismo económico, Catalunha, independência, Espanha, Portugal.

Resumen

Partiendo de la base de unas prácticas profesionales en la sección *online* del periódico económico portugués *Jornal de Negócios*, este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre el tratamiento informativo dado por la prensa portuguesa especializada en economía a la actualidad española. Concretamente, a lo largo de las siguientes páginas se realizará un análisis centrado en la cobertura realizada por dicho periódico al desafío separatista de Cataluña del día 9 de noviembre de 2014. Fecha en la que el presidente de la Generalitat de Cataluña, Artur Mas, convocó un referéndum, considerado inconstitucional y, por tanto, ilegal, tanto por el Tribunal Constitucional español como por el gobierno del Reino de España, liderado por Mariano Rajoy. Con esta consulta el gobierno independentista de Mas buscaba que la ciudadanía catalana decidiese si Cataluña debía ser un Estado o no, y en caso positivo, si este hipotético Estado debería ser o no independiente del resto de España.

Con la experiencia proporcionada durante el periodo de prácticas en la redacción del *Jornal de Negócios* tuvimos la oportunidad de estar en contacto directo con la actualidad portuguesa y acercarnos a las preocupaciones de la opinión pública de este país. Del mismo modo, observamos cómo es administrada y difundida la actualidad política y económica española. Hemos de añadir además, que durante el desarrollo de las prácticas se sucedieron una serie de dificultades y barreras, las cuales fueron finalmente superadas.

El presente trabajo está reforzado por una amplia base bibliográfica, que versa sobre los principales temas tratados, es decir, sobre el periodismo especializado en economía y sobre la cuestión nacionalista/independentista catalana. Suman valor a este trabajo, las vivencias y observaciones acumuladas durante los tres meses de prácticas.

Palabras clave: Periodismo económico, Cataluña, independencia, España, Portugal.

Abstract

On the basis of a curricular training in the online department of the economic daily newspaper *Jornal de Negócios*, this report has the aim of analyzing and reflecting on the way Spanish current affairs are approached in a newspaper specialized in Portuguese economics and finance. This work analyzes specifically the journalistic coverage performed by *Jornal de Negócios* to the challenge of the Autonomous Government of Catalonia on the 9th November 2014. Artur Mas, president of the regional government, scheduled a referendum to be held on this day, qualified as unconstitutional and therefore illegal, by the Spanish Constitutional Court and the central Spanish Government headed by Mariano Rajoy. With this referendum, Mas's executive tried to make the Catalan citizens decide whether Catalonia should or not be a State and if the answer was positive, to see if this hypothetical Catalan state should be independent or not from the rest of the Spanish State.

With the training experience in the editorial department of *Jornal de Negócios*, an opportunity to face the current economic situation and Portuguese concerns was given. It was also possible to see how the current economic issues and Spanish politics are managed and disseminated specially the main focus of this assignment. On some occasions during the training and this work some barriers delayed our initial goals, but we always worked in order to overcome them.

This work is supported by a literature review, which focuses on the main issues of this assignment, that is to say, specialized journalism in economics and the nationalist question of Catalonia. Experience and the daily and continuous observation during the training period as well as the interaction with the journalists of the newspaper also contributed to this background.

Keywords: economic journalism, Catalonia, independence, Spain, Portugal.

Introdução

Este trabalho surgiu como uma oportunidade para a análise de um dos assuntos mais importantes da política interna espanhola dos últimos anos, o desafio secessionista da região da Catalunha, concretizado na consulta do dia 9 de Novembro. Um assunto de inquestionável controvérsia do outro lado da fronteira, mas que também suscita um alto interesse e curiosidade na sociedade portuguesa. Esta atenção de Portugal pelo devir do seu vizinho vê-se refletida na cobertura que recebeu o assunto pelos órgãos de comunicação social nacionais. A questão catalã, ainda que externa para a realidade portuguesa quotidiana, não o é para o sector empresarial do país. Segundo a Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal (AICEP) (AICEP Madrid, 2015) os primeiros três meses do ano, ou seja, de Janeiro a Março de 2015, a Catalunha comprou produtos portugueses no valor de 409 milhões de euros, acumulando quase 16% (15,9%) das trocas comerciais ibéricas. A Catalunha é, portanto, a terceira região espanhola que mais compra a Portugal depois da Comunidade de Madrid (18,3%) e da Galiza (17,7%). Por sua vez, a principal região espanhola fornecedora de Portugal é, precisamente, a Catalunha com uma percentagem de 25,1% do total de compras realizadas por Portugal. Este carácter dinâmico da economia catalã em relação à portuguesa faz com que o interesse da imprensa portuguesa face ao devir político da Catalunha seja enorme.

As informações sobre o "referendo" convocado unilateralmente pelo governo regional da Catalunha preencheram destacados espaços da imprensa diária portuguesa desde Setembro até Novembro de 2014. Uma grande parte destas informações esteve marcada pelo carácter político da consulta, embora o peso económico também tenha sido outro dos eixos fundamentais das informações difundidas. O producto interno bruto (PIB) da Catalunha em 2014 atingiu os 199,786 milhões de euros, perante os 173,053 milhões de Portugal, segundo o diário económico *Expansión*. Esta perspectiva económica será, precisamente, o pano de fundo sobre o qual se baseará a formulação deste trabalho.

O objectivo deste trabalho é oferecer ao leitor um retrato, em primeiro lugar, do conceito de jornalismo especializado em economia, contextualizando-o no tempo e definindo-o na realidade actual portuguesa. Percebida esta primeira faceta deste relatório, o seguinte objectivo é perceber e compreender a situação político-económica da região espanhola da Catalunha.

Este trabalho, desde o seu começo, ambiciona oferecer ao leitor uma fotografia da situação real da Catalunha. Para cumprir este objetivo foi preciso realizar um trabalho de pesquisa bibliográfica e documental, para explicar as causas históricas, políticas e económicas que levam um governo regional à convocatória de um referendo para a sua independência do resto do país.

A combinação destes dois ingredientes dará como resultado um trabalho de análise sobre a cobertura e o tratamento das informações relativas à causa secessionista catalã na imprensa económica nacional, sendo o *Jornal de Negócios* o caso escolhido para o estudo. Resulta interessante saber como a sociedade e a imprensa de um dos poucos países exemplo do modelo Estado-Nação homogéneo, como é Portugal, percebe os processos regionalistas e nacionalistas de um país que sente tão próximo como Espanha.

Além dos argumentos económicos, existem outras razões para que a imprensa portuguesa mostre interesse no assunto da Catalunha. Estas são de natureza política e histórica, e relacionam o nacionalismo catalão com o nacionalismo português. Durante o processo de pesquisa bibliográfica e documental para este trabalho encontramos alguns autores portugueses a favor duma hipotética independência da Catalunha. Um deles, Paulo Gaião, até chega a afirmar que Portugal "tem de apoiar a independência da Catalunha" (Gaião, 2012). Segundo este colaborador do jornal Expresso, "foi ela (Catalunha) quem nos permitiu (aos portugueses) restaurar a nossa (independência) em 1640, quando Madrid apostou tudo em matar a rebelião catalã e renunciou a Portugal". Esta argumentação, ao risco de parecer um anacronismo de nacionalismo populista e tardio, foi repetida em outras publicações portuguesas como o Diário de Notícias (Viegas, 2014).

Para cumprir estes objectivos marcados no presente trabalho foram convocadas múltiplas metodologias. A começar pela pesquisa documental sobre os dois pilares que fundamentam este relatório, o jornalismo especializado em economia e o nacionalismo catalão. Seguindo-se a realização de uma série de análises e estudos sobre o tratamento das informações publicadas sobre o referendo desde o mês de Setembro de 2014, mês em que se celebrou o referendo sobre a independência da Escócia, até o mês de Novembro, altura na que se convocou finalmente a denominada "consulta popular", destinada exclusivamente à população catalã e a residentes estrangeiros na região. Termina este trabalho com um relatório sobre as actividades desenvolvidas no estágio realizado pelo autor na secção online do *Jornal de Negócios*.

Este relatório encontra-se divido em três capítulos. No primeiro capítulo, "Contextualização teórica", disserta-se sobre o conceito do jornalismo especializado em economia e finanças, o percurso histórico das publicações económicas, para concluir com a apresentação deste ramo do jornalismo em Portugal. Na redacção deste último segmento do capítulo puderam-se constatar as dificuldades relativas à pesquisa documental e bibliográfica, derivadas da enorme lacuna existente em Portugal sobre o jornalismo económico nacional.

No Capítulo dois, intitulado "O Problema da Catalunha", abordar-se-á a questão territorial espanhola, tentando encontrar o germe e a origem dos actuais problemas territoriais do Reino de Espanha. Igualmente neste segundo capítulo será realizada uma revisão histórica do nacionalismo e separatismo catalão, tarefa que se tornou um grande desafio devido a que quase toda a documentação existente sobre este assunto está altamente politizada. Este segundo capítulo será rematado com um estudo e posterior reflexão acerca do tratamento das notícias sobre o referendo secessionista catalão publicadas no site do *Jornal de Notícias.*

No terceiro e último capítulo, "Estágio no *Jornal de Negócios*" será relatada a experiência do autor durante o estágio curricular percorrido na redacção do diário económico português. Ao longo do capítulo serão apresentados os objectivos, a problemática, as soluções e as actividades desenvolvidas do estagiário durante os três meses de duração do tirocínio. O trabalho é culminado com uma conclusão, onde se tentará dar resposta às questões de partida que motivaram a composição deste relatório e um balanço das atividades desenvolvidas na realização do estágio durante três meses.

Capítulo 1 – Contextualização Teórica

1.1. A Imprensa Económica

O tratamento informativo da actualidade económica e financeira conforma o denominado jornalismo especializado em economia. Como em todo o jornalismo especializado, o público-alvo destes meios de comunicação social também o é. Trata-se de um público muito específico relacionado com o mundo das finanças e da economia, ainda que, cada vez mais, este público se esteja a generalizar. Como explica Dominique Marchetti (2002: 24) "o campo jornalístico estrutura-se em torno da oposição entre um pólo 'generalista' e um pólo 'especializado', e o grau de especialização varia segundo os suportes e os jornalistas". Não se trata de um jornalismo melhor do que o generalista, mas exige outros cuidados e, principalmente, uma preparação complementar por parte do profissional. Trata-se duma informação muito delicada, não só porque uma falha mínima pode estragar uma peça informativa, mas também porque qualquer informação difundida que não seja verídica pode afectar gravemente os resultados duma determinada empresa, da qual dependem muitos postos de trabalho ou prejudicar o património duma determinada pessoa. É, portanto, uma das matérias primas mais sensíveis dentro do mundo jornalístico. Assim mesmo, a difusão ou não difusão de uma certa informação pode alterar a viabilidade ou o valor de qualquer empresa. Ou seja, a informação económica tem um alto preço, é dinheiro.

O jornalismo económico representa uma das áreas da profissão com maior incidência social. Isto deve-se a que grande parte ao facto de os conteúdos tratados no jornalismo económico se repercutirem na vida quotidiana dos cidadãos. Assim, a informação económica tem experimentado nos últimos anos um crescimento importantíssimo, passando a ocupar as capas dos principais jornais e os arranques dos telejornais diários. Desde 2008, com a chegada da crise económica mundial, as informações económicas tornaram-se tão ou mais importantes do que as informações de carácter nacional ou internacional. Como salienta a professora Rosa del Río (2008: 29), "hoje em dia, a informação económica é o coração da informação política". Em Portugal, nos nossos dias, é impensável a análise da informação política nacional ou internacional sem ter em conta as relações intrínsecas com a realidade económica. Para Christiana Martins (2007: 21) "os discursos da *real politik* já não se podem esquecer de referir de forma muito fundamentada os principais aspectos da aplicação práctica de teorias económicas". Neste contexto, pode-se afirmar que é irrefutável a célebre frase proferida pelo

ex-presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton (Martins, 2007: 21) "É a economia, estúpido". A actual evolução da sociedade obriga qualquer político que queira obter sucesso eleitoral, a compreender e discutir os problemas económicos, assim como a propor soluções para os mesmos. "É também com números que, cada vez mais, se ganham e perdem eleições nos países desenvolvidos" (Martins, 2007: 21).

Esta repercusão e interesse por parte do público geral intensificam-se, efectivamente, em períodos de crise económica como o que está a padecer Portugal e Espanha. Nesta linha, a forte incidência na sociedade geral de um país, mas, sobretudo, naqueles grupos socioeconómicos, como governos, partidos políticos, empresas e instituições financeiras, fazem com que este ramo do jornalismo seja um dos mais susceptíveis a filtrações interesseiras, tentativas de manipulação ou pressões externas (Río, 2008: 13). Daí a importância que deve ter para um jornalista económico o respeito pelo código deontológico que rege esta actividade. Uma informação veraz, objectiva, clara e rigorosamente contrastada são as únicas ferramentas que detém um jornalista para combater estas possíveis influências ou pressões provenientes de poderes externos. Ainda que também, por vezes, a linha editorial de um jornal até possa sugerir ao profissional um determinado tratamento de uma notícia ou facto relevante. Não nos podemos esquecer de que o jornalista não deixa de ser um funcionário que cumpre orientações de uma empresa que, seja pública ou privada, age de acordo com com determinados interesses.

Neste tipo de jornalismo especializado o correto tratamento dos dados é fundamental, sendo que, na maioria dos casos, trabalha-se com ou sobre cifras, percentagens e/ou quantidades, pelo que a verificação, o contraste e o rigor tornam-se imprescindíveis no dia-a-dia do profissional da informação económica.

Como constata a professora Rosa del Río (2008: 32) nas informações económico-financeiras "o dado é o rei". O dado é nas notícias económicas, geralmente, a notícia em si. Aliás, é uma das poucas especialidades do jornalismo onde se pode e se deve titular com dados, mas dentro do texto estes dados sempre têm de ser comparados com dados homólogos do mesmo período anterior. Ou seja, se estamos a escrever sobre o PIB (Produto Interno Bruto) de Portugal durante o terceiro trimestre de 2014, temos de comparar este dado com o terceiro trimestre de 2013. Se o profissional não faz esta comparação com períodos homólogos, o leitor não vai perceber se o dado é positivo ou negativo. Voltando ao exemplo, o público tem que perceber se o PIB sobe ou desce face ao ano anterior. Se o jornalista só oferece o dado isolado, a informação fica incompleta. Por vezes, também convém comparar os dados com outros períodos homólogos para que se possa perceber a evolução e o contexto da notícia. Quando se oferecem

dados ou informações numéricas tem de se ser especialmente rigoroso e fugir de expressões de inexatidão do género: "aproximadamente", "vários/as", "alguns", etc.

Contudo, como afirma o professor Graham Watts (*apud.* Martins, 2007: 22) no seu manual para profissionais da informação económica, "os números devem ser utilizados de forma equilibrada e distribuídos pelo texto como um todo e não reunidos num único bloco compacto e incompreensível".

Outra das máximas de um jornalista económico é saber traduzir e interpretar aqueles termos técnicos próprios dos círculos de especialistas na matéria. O jornalista económico deve elaborar seus textos para que sejam accessíveis a todos os públicos possíveis, sendo que o profissional não se pode tornar porta-voz do campo social sobre o qual escreve. Como salienta Watts (Martins, 2007: 22), o jornalista deve abordar os temas "como se os contasse a alguém da sua família ou a um amigo". O jornalista deve escrever, abandonando os vazios da linguagem ou jargão técnico da área retratada. Sobretudo, o autor lembra que o profissional da informação económica nunca deve publicar nada que o próprio jornalista se revele incapaz de compreender.

Se, por vezes, os tecnicismos próprios de um sector específico não podem ser substituídos por outros termos, nestes casos, exige-se do jornalista um domínio do vocabulário articulado pelos agentes deste determinado campo social.

Esta última máxima apresenta uma dicotomia relevante, posto que o jornalista económico tem que conseguir encontrar um equilíbrio entre escrever para o mais vasto público possível e, ao mesmo tempo, não diminuir a credibilidade junto do público especializado mais restrito. A este respeito o investigador e ex-jornalista brasileiro Bernardo Kucinski (2000: 14) salienta que "a maioria dos leitores e telespectadores, mesmo os instruídos, como os estudantes universitários, não consegue descodificar as informações económicas". Burkett (1986), num livro dedicado ao jornalismo especializado em temas científicos, sustenta que cabe ao jornalista especializado a missão de conseguir ser simultaneamente atraente para quem nada entende do assunto e não ser chocante para os verdadeiros especialistas na matéria tratada. Mas, certamente, e como logo admitirá o próprio autor, esta tarefa é especialmente complicada.

No âmbito nacional, os leitores portugueses exigem cada vez mais dos seus informadores. Solicitam notícias que não estejam dirigidas apenas para uma elite empresarial ou económica, já que, cada dia que passa, estas informações que aparecem nas capas dos diários económicos afectam directa ou inderectamente a sua vida. O aumento do interesse por parte do

público geral das informações económicas e financeiras nos últimos anos, devido em grande medida à crise económica, tem feito com que se eleve tanto quantitativa como qualitativamente o número de informações e publicações relativas à economia. Têm surgido novos sites da Internet, blogs e outros formatos onde o eixo principal é a economia. Pela sua parte, os meios de comunicação social já existentes têm aperfeiçoado e diversificado os seus produtos com o objectivo de chegar ao maior número de leitores/consumidores possíveis sem perder o seu público-alvo tradicional. A este processo junta-se o desenvolvimento de novas tecnologias de informação, assim como, de novos suportes, como as aplicações destinadas a telemóveis inteligentes (smartphones) ou tablets.

Nesta linha, em Portugal, meios de comunicação social económicos como o *Jornal de Negócios* e o *Diário Económico*, têm apostado fortemente nas secções online dos seus jornais. Esta acertada escolha por parte dos jornais económicos é motivada pela natureza deste novo formato que oferece simultaneamente tudo o que oferecem os outros formatos: a notícia escrita, a notícia falada e a notícia em imagens, ora estáticas (fotografias) ora dinâmicas (vídeos). Os meios online, como salienta a professora Rosa del Rio (2008: 85), "estão chamados a serem o órgão de comunicação social do século XXI". As notícias que são difundidas através dos sites da Internet dos diferentes jornais gozam das vantagens da "imediatez da rádio e da brevidade das peças das agências noticiosas". Nestes sites, as informações são actualizadas permanentemente, o jornal procura informar o seu leitor o mais rápido possível e, se for possível, adiantar-se aos outros meios de comunicação social, principalmente, aqueles que são concorrência directa.

O formato online permite também, ao mesmo tempo que actualiza, ampliar a informação, incorporando novas notícias relacionadas com a principal. Com este objectivo, acrescenta-se o corpus da notícia matriz. "Este corpus pode ser escrito, gráfico (fotografias, tabelas, mapas), sonoro (arquivos de que recolham testemunhas dos protagonistas da notícia), audiovisual (arquivos de vídeo sobre o facto noticioso) ou pode apresentar todos estes formatos de uma só mesma vez" (Río, 2008: 86).

Desta maneira, tem-se experimentado em Portugal um considerável aumento no número de informações que aparecem nas secções da economia dos órgãos de comunicação social tanto impressos, audiovisuais como online. Paralelamente, assiste-se ao surgimento de novos canais específicos de televisão; espaços radiofónicos; revistas específicas por sectores económicos e empresariais; publicações de diversas periodicidades que podem ir desde semanal, quinzenal até

mensais ou trimensais; e de agências noticiosas visadas apenas em informações económico-financeiras.

O caso português é um dos mais destacados, já que é um dos poucos países da Europa que possui várias publicações especializadas em economia, duas diárias e de difusão nacional: o *Diário Económico* e o *Jornal de Negócios*, e outras duas semanais e também de difusão nacional: *O Jornal Económico (OJE) e* o *Vida Económica.*

1.2. Breve resumo da história do jornalismo económico

Segundo o manual de jornalismo económico e financeiro da professora Rosa del Rio, este nasce por volta dos séculos XVI e XVII nas chamadas *Price-Currents,* preços-correntes em português. Este embrião do jornalismo económico actual surge nas cidades portuárias e comerciais do reino da Holanda e da Inglaterra. Estas "folhas" tinham como função principal informar sobre as variações dos preços de determinados produtos e mercadorias, assim como dar conta dos tarifários e serviços de cada porto. O preço-corrente mais antigo, segundo o estudo do professor Timoteo Alvarez (1985), "foi editado, impresso, com os preços escritos a mão em Amesterdão (Holanda) em 1585. O primeiro completamente impresso foi emitido também em Amesterdão em 1609, e recolhia uma relação de mais de 200 produtos".

Com o aumento da classe burguesa nos sucessivos séculos as informações relativas aos negócios aumentaram. Segundo os autores Coca e Diezhandino (1991: 43) "os textos clássicos de jornalismo começam nos séculos XV e XVI" e tratavam-se de textos controlados pela casa comercial dos Függer, a casa alemã Augsburg Függer Company, e pelo agente comercial inglês Thomas Gresham. Já no século XVIII, com a consolidação da figura do homem burguês e do novo sistema económico, a informação e a publicidade económica protagonizaram um testemunho histórico. Neste processo de surgimento e conformação da difusão de informações económicas, os meios ingleses cumpriram um papel fundamental, e foram pioneiros neste tipo de publicações. Rapidamente, surge do outro lado do Canal da Mancha semanários de avisos e anúncios, encabeçados pela manchete *Public Adviser*, que mais tarde se integrarão nas publicações diárias inglesas.

Pela sua parte, no continente, o processo era liderado pela imprensa francesa. Deste modo nascem na França jornais como o *Journaux d'Affiches*, na Alemanha o *Staats und Gelehrte dês Hamburgischen*, e na Espanha o *El Correo Mercantil de España y sus Indias*. Nos

anos consecutivos aparecem no velho continente distintas publicações de natureza económica, como o *Daily Courant* (1702) e o *The London Advertiser* (1769) no Reino Unido da Grã-Bretanha e o *Journal de Commerce* e o *Le Jornal Economique* (1751-1772) na França. É nas últimas décadas da monarquia francesa quando nascem importantes publicações económicas neste país como: *Le jornal du Commerce, La Gazette du Commerce, Ephémérides, Nouvelles Ephémérides* e o destacado *Journal Economique,* fundado em 1752 e que serviu de inspiração para futuras publicações económicas de países como Espanha e Portugal (Río, 2008: 19).

Durante o século XIX o jornalismo especializado em assuntos económicos e financeiros experimentará uma verdadeira revolução, não só na Europa, como também noutros território como no Continente Americano ou as colónias ultramarinas europeias. Se durante a segunda metade do século XVIII apontava-se a França como o país criador das tendências no jornalismo geral e económico, e Amesterdão como o centro dos negócios e do comércio no velho continente, o século XIX estará marcado pelo protagonismo de Londres. Esta transferência em detrimento de Paris e Amesterdão vem determinada pela importância que o Reino Unido ganha com a queda do poder napoleónico e a consolidação do vasto Império Britânico.

Inglaterra e sua capital, Londres, converteram-se no epicentro do poder político, socio-económico e comercial a nível mundial. Nesta linha, o professor Timoteo (1987: 75) salienta: "a crescente intervenção política no desenvolvimento económico internacional empurra aos grupos económicos de qualquer tipo a estarem presentes nos jornais que pudessem influir na toma de decisões". Surgem assim na cidade do Tâmisa grandes publicações financeiras inglesas, que serão as bases das actuais. Em 1817 nasce como revista o jornal *The Times* com Thomas Massa Alsager como editor. Três décadas mais tarde aparecerá outra das publicações de referência da Inglaterra, *The Economist* (1843) da mão do parlamentário e ex-secretário do Tesouro inglês, James Wilson. Esta publicação desempenhará um papel fundamental na difusão das ideias e conceitos do liberalismo económico e do livre comércio defendidos pelo filósofo e economista escocês Adam Smith. Junto com *The Economist*, surge em 1873 a revista *Statist*, criada por Robert Giffen, com o objectivo principal de oferecer aos comerciantes ingleses e estrangeiros informações relativas sobre os movimentos comerciais e financeiros mais relevantes. Uns anos mais tarde, em 1884, aparecerá, também em Londres, o primeiro jornal económico da história com periodicidade diária, o *Financial News.* O que ficará eclipsado oito anos depois pelo internacionalmente reconhecido e conceituado *Financial Times* (Río, 2008: 19-21).

A 14 de Fevereiro de 1888 nasce em Inglaterra o *Financial Times*, diário que em poucos anos conseguirá fama e relevância a nível mundial, a que só será desbancada no século XX com a consolidação das publicações norte-americanas como o *The Wall Street Journal*, o *The New York Times* ou o *The Washington Post*. O *Financial Times*, fundado pelo grupo financeiro dos irmãos Berry, absorveu em 1945 o seu concorrente e antecessor *Financial News*. Em 1957 foi vendido ao holding inglês S. Pearson Publishers Limited, proprietários da grande maioria do capital social da revista *The Economist.* Desde o seu nascimento o *Financial Times* adoptou as cores salmão para as suas páginas, senha de identidade que conserva até os nossos dias e que transferiu para a sua versão online[1], de pago desde 2007. Rapidamente esta senha de identidade do jornal económico inglês estendeu-se a outros países onde as cores salmão são a senha de identidade dos diários econômicos, como acontece com o *Diário Económico* em Portugal ou o *Expansión* e o *Cinco Días* em Espanha.

Como se salienta nas linhas anteriores o final do século XIX e, sobretudo, o século XX são os períodos de maior expansão da economia dos Estados Unidos da América (EUA) o que provoca o nascimento de importantes publicações económicas sediadas principalmente na costa Leste do país. Em 1882, também nos EUA, o estadista Edward Dow e os jornalistas Charles Jones e Charles Bergstresser fundaram a agência noticiosa e publicitária especializada em informação financeira, *Dow Jones and Company*. Dentro do leque de serviços que oferecia esta companhia criaram-se uns boletins denominados *Customers Afternoon Letter*. A 8 de Julho de 1889 estes boletins passaram a constituir o *The Wall Street Journal*, sendo a primeira grande publicação económica diária ao outro lado do Atlântico. O jornal adopta o nome do centro neurálgico das finanças e dos mercados nos EUA, sede do mercado de valores norte-americano. Após a guerra civil norte-americana, Nova Iorque passará a ser a capital das actividades financeiras do país e a sua Bolsa uma das mais activas do mundo, com a cotação de importantes empresas de sectores tão diversos como o das minas, comboios, metalúrgico, banca ou financeiro.

Uma das secções com mais fama dentro do jornal, nas suas primeiras décadas de vida, foi aquela redigida pelo próprio fundador, Charles Dow, intitulada "Exame e perspectivas". Nela o jornalista analisava pela primeira vez na história do jornalismo económico o comportamento das empresas cotadas, sempre sob uma linguagem clara, concisa e didáctica

[1] www.ft.com

ajudando assim aos investidores a tomar decisões sobre os seus investimentos, como sublinha Sharff (1987: 18) "trato de suprimir o mistério que envolvia às fluctuações dos preços das acções com exemplos da própria natureza humana". Tal foi a importância das colaborações de Dow para a compreensão das técnicas e da terminologia financeira, que o índice que mede as flutuações dos preços dos valores da Bolsa de Nova Iorque recebeu o nome dele e do seu colega Jones (índice Dow Jones).

Em 1940 Bernard Kilgore sucedeu a Clarence W. Barron na direcção do jornal. Kilgore decidiu ampliar as informações oferecidas pelo jornal nova-iorquino criando as secções de Nacional, Internacional e notícias de interesse geral. Estas ampliações fizeram com que o jornal fosse objecto de leitura de pessoas em todo o mundo, acrescentando o seu mercado a outros pontos do continente americano, Europa e Ásia. Actualmente, o *The Wall Street Journal* possui edições especiais e específicas para diferentes partes do Globo, nomeadamente, Europa, Ásia (Coreia, China, Japão), América Latina, Brasil, Índia, Indonésia.

Em 1877 fundou-se o *The Washington Post*, o primeiro diário da capital dos EUA e outro dos grandes jornais económicos do país. Com a brutal crise económica produzida pelo crash bolsista de 1929, a imprensa económica dos EUA experimentou uma mudança significativa. A partir desse momento os jornais económicos passariam a incluir não só informações acerca das empresas e dos movimentos bolsistas e das acções, mas também analises e interpretações do dia a dia da Bolsa e dos acontecimentos financeiros. Neste sentido, salienta o professor Galdón López (1994: 91) "nessa época apareceram fórmulas jornalísticas que serviam para ampliar as funções informativas". Em 1933, dentro deste processo de mudanças dos anos 1930, Eugene Meyer compra o *The Washington Post*, declarando que "o jornal deve-se aos leitores e ao público geral e não aos interesses particulares do seu dono" (Río, 2008: 20).

Nos dias de hoje os principais jornais económicos a nível mundial são os seguintes: *Nihon Keizai Shimbun* (Japão), líder de vendas; *The Wall Street Journal* (EUA); *The Financial Times* (Reino Unido); *Il Sole 24 Ore* (Itália) concorrente do diário milanês *Italia Oggi*; *Handelsblatt* (Alemanha); *Les Echos* e o *Le Quotidien de l´Economie* (França); *Expansión* e o *El Economista* (Espanha); e *Jornal de Negócios* e *Diário Económico* (Portugal).

1.3. A impresa económica em Portugal

Na tentativa de contextualizar historicamente os rastos que permitem explicar os contornos actuais do jornalismo económico em Portugal, procurou-se encontrar nos vestígios do passado explicações para perfilar o presente da imprensa especializada em economia em Portugal. Para atingir este objectivo começámos pela pesquisa nas bibliotecas municipais do Porto e Lisboa, assim como da Biblioteca Geral da Universidade do Porto. Rapidamente, constatou-se que existem lacunas de pesquisa nesta área no país. Não existe nenhum manual que se possa utilizar para contextualizar o percurso histórico da imprensa económica em Portugal, desde o seu possível surgimento no século XVII-XVIII até os nossos dias.

Contudo, o autor do livro *História da Imprensa Portuguesa*, José Tengarrinha (1989), dá a primeira pista das origens do jornalismo económico ao afirmar que "um dos fenômenos mais interessantes a que se assiste neste período é o desenvolvimento da imprensa especializada. Depois dos jornais políticos e noticiosos do século XVII, e a par dos de conhecimentos gerais, surgem em número cada vez maior periódicos que tratam apenas ou predominantemente de um assunto. Desde início de 1749 até finais de 1807 aparecem no nosso país 11 jornais literários e musicais, 7 científicos, 6 históricos, 3 comerciais, 2 de agricultura e 1 feminino" (Tengarrinha, 1989: 52). Estas primeiras publicações comerciais eram, como sublinha Martins (2007: 47), elucidativas, sendo as seguintes: *Com Privilegio Real* (Lisboa, 1778 a 1897), *O Correio Mercantil e Económico de Portugal* (Lisboa, 1790 a 1810), *Preços Correntes na Praça de Lisboa* (Lisboa, 1807). A explicação do surgimento destes primeiros jornais de temática económica e comercial deve-se ao "grande volume de negócios dos comerciantes portugueses com várias praças estrangeiras, sobretudo na base dos produtos brasileiros, impõe a necessidade do aparecimento de tais periódicos, que publicavam a relação de navios entrados e saídos do Tejo, preços dos gêneros em diversas praças, estadísticas comerciais, avisos e anúncios, etc" (Tengarrinha, 1989: 53). Também se tem conhecimento duma publicação económica em finais do século XIX, *O Economista*, que terá surgido em Lisboa, em 1881, e desaparecido em 1895.(Martins, 2007: 76).

Além destes primeiros passos dos periódicos comerciais em Portugal não se tem constância de uma continuidade deste tipo de publicações como aconteceu noutros países europeus. Portugal terá de esperar até à "Revolução dos Cravos" para ver florescer o seu panorama jornalístico.

O volume escrito pela professora Chistiana Martins (2007) retrata o jornalismo económico em Portugal durante o período que decorre entre 1974 e 2004, sendo um dos poucos trabalhos escritos no país que visam esta temática. Certamente, pode-se afirmar que este período concreto (obviamente alargado até à actualidade) é o mais importante na história da imprensa portuguesa, e não só económica, senão também generalista. É a partir da queda do regime salazarista e a posterior chegada da democracia a Portugal (1974), que o país experimenta um notável crescimento, tanto quantitativa como qualitativamente, das publicações de carácter económico. Factores como o fim da censura, o surgimento da liberdade de imprensa e a activação da economia portuguesa, serão elementos chave para perceber esta pujança do jornalismo económico em Portugal desde 1974.

Como sublinha Martins (2007: 58) "com a Revolução do 25 de Abril todo o cenário nacional sofreu modificações profundas, a sociedade e, por conseguinte, os órgãos de comunicação social não podiam ficar imunes à onda de alterações que varreu o país". Mas este entusiasmo do colectivo jornalístico português será efémero, as sucessivas reformas legislativas e económicas que sofre o país após da revolução fazem que se debilite o processo. A década compreendida entre 1980 e 1990 está, portanto, marcada pela instabilidade, sucedendo-se o desaparecimento e surgimento de vários jornais.

Se a revolução do 25 de Abril marcou um antes e um depois no panorama nacional, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 será o acicate que provoca a ruptura total com o passado recente, "nomeadamente no que respeita a expectativas e comportamentos dos agentes económicos, condução da política económica e estabilização do sistema político" (Mateus, 1992: 656). Segundo o estudo hemerotecário realizado por Martins (2007: 62), "o grande boom, é visível a partir de 1986, data da efectiva integração de Portugal na CEE. Neste ano é referenciado na Hemeroteca Nacional o aparecimento de três novos títulos claramente inseridos no universo das notícias económicas: *Confidencial de Negócios*, *Infobolsa* e *Euroexpansão*." Um ano mais tarde fundar-se-á o reputado *Semanário Económico*. Antes de acabar o decênio surgem mais quatro publicações especializadas em economia e finanças, nomeadamente, *Fortuna & Negócios* (1988), *Exame*, *Europress e Diário Económico* (1989). Este último título é actualmente e junto com o *Jornal de Notícias*, o principal diário económico especializado em Portugal.

O *Diário Económico* esteve pela primeira vez nos quiosques portugueses a 30 de Outubro de 1989. Nasceu sob a direção de Jaime Antunes. Actualmente, o *Diário Económico*, propriedade do grupo mediático Ongoing, é o maior jornal especializado em informações economico-fiananceiras de Portugal contando com 220 mil leitores diários. Para além do site [2]o *Diário Económico* conta com canal de televisão, a Económico TV, disponível tanto no formato televisivo como em *streaming* através do seu site da Internet.

Em 1991 aparece a revista económica *Valor* e, em 1992, mais duas revistas *Expansão* e *Fortuna*. No ano a seguir, surgirá a *Exame Executive Digest*, muito mais especializada. Temos de esperar mais alguns anos para que apareçam novos títulos, assim, em 1997 surge o *Jornal de Negócios*, ainda com periodicidade semanal, nesse mesmo ano fundar-se-á a *Exame Marketing.* Em 1998 aparece a *Economia Pura* e em 2001 a *Você SA.* Entre 2000 e 2004 ir-se-ão sucedendo diversas mudanças no sector da imprensa especializada em economia, por exemplo, o mencionado *Jornal de Negócios*, passará a ser diário e surgirão novas revistas como a *Prémio* ou a *Carteira*.

[2] www.economico.sapo.pt

Capítulo 2 – O problema da Catalunha

2.1. A Questão Territorial Espanhola

O Reino de Espanha é um dos Estados mais antigos da Europa e um dos únicos que não tem sofrido grandes mudanças nas suas fronteiras desde 1815 após a invasão napoleónica. O processo de construção de Espanha como nação começou com a fundação da monarquia espanhola que junta num mesmo monarca às coroas de Castela, Aragão e Navarra, reinos que junto de Portugal conformam a península ibérica. Com a união dinástica em 1479 entre Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão se produz a união teórica dos reinos peninsulares, mas não a união efectiva, já que os diferentes reinos que conformam a coroa hispânica conservaram *a posteriori* as suas próprias instituições até a chegada da dinastia dos Borbons em 1714. Com os decretos de Nova Planta ditados ao começo do reinado de Felipe V (1714-1746) neto do rei francês Luís XVI, a dinastia borbónica eliminou as assembleias e os governos dos quatro reinos da antiga Coroa de Aragão (Aragão, Catalunha, Valência e Maiorca). Na Catalunha o novo monarca desmantelou as instituições de autogoverno que "desde as Cortes de 1283 até 1706, tinham elaborado um sistema de governo representativo que, com a democratização da Assembleia de 1702 e 1706, situavam-se entre as mais avançadas da Europa" (Fontana, 2012). Pelo contrário outros territórios com instituições e administração próprias conservaram os seus privilégios, como foram os casos da Navarra ou do País Basco, por serem estas duas regiões partidárias da causa borbónica.

Com a chegada da dinastia dos Borbons a Espanha, o reino tentará imitar a estructuração e o sistema administrativo francês, baseado este no centralismo e na redução das diferenças territoriais. Dentro deste processo de homogeneização e centralização do Estado, no reinado de Fernando VI (1746-1749) o Marquês de la Ensenada introduz no reino, por imitação da vizinha França, a figura dos intendentes que deviam reger as 32 províncias criadas em 1749. Contudo, o verdadeiro centralismo estatal impor-se-á no século XIX, seguindo novamente o modelo francês. Com a invasão napoleônica, a Espanha ocupada estava governada pelo irmão de Napoleão, José Bonaparte (1808-1814). Este estabelecerá no país o modelo jacobino instaurado no império francês, dividindo o reino de Espanha em 38 províncias, criando o Ministério do Interior e dissolvendo o antiquíssimo Conselho de Castela.

O objectivo final de todas estas medidas consistia em reduzir os elementos diferenciadores, harmonizar e uniformizar todos os territórios do país. Mas esta tarefa não é simples num Estado conformado por territórios históricos com uma base cultural e linguística diferente da castelhana.

Espanha não será durante o século XIX o único país que leva a cabo este processo integrador e homogeneizador. Como afirma o professor António Teixeira Fernandes (2007: 31), na Europa do século XIX "não eram toleradas estructuras poliétnicas, promovia-se, por meios persuasivos e coercivos, uma só cultura, uma só língua e uma mesma concepção da história". Esta ânsia de construcção nacional, segundo Josep R. Llobera (2000: 195-198), culmina com "a erosão de todos os particularismos culturais e linguísticos", que constituíam "uma ameaça potencial para a cultura e língua da nação dominante".

Em Espanha, o modelo centralista, aperfeiçoado com a definitiva divisão do país em províncias em 1833, estará em maior ou em menor medida vigente até à proclamação da Segunda República espanhola, salvo dois breves períodos como o Sexenio Revolucionário (1868-1875), com a tentativa da República Federal espanhola em 1873. Este último projecto propôs outro modelo de funcionamento de Estado, contrário ao centralista, baseado nos modelos federais da Suiça e dos Estados Unidos da América (EUA). Este projecto de Constituição Federal de 1873 estabelecia três níveis de competência: municipal, regional (Estados regionais) e nacional (a Federação). À partida, a divisão provincial ficava suprimida, mas a decisão final estava em mãos dos Estados regionais, que eram quinze peninsulares junto às ex colónias da Cuba e Porto Rico. Neste modelo, decisões relativas às relações exteriores, ao exército, aos órgãos de comunicação social de interesse nacional, aos impostos e às questões financeiras eram de domínio exclusivo do poder federal. Os Estados regionais tinham competência sobre a economia regional, as obras públicas dentro do seu território e ao ensino. Apesar de existir esta independência em algumas matérias, era um modelo unitário hierárquico, onde o interesse nacional prevalecia perante o interesse regional e a "unidade e integridade nacional" deviam estar sempre resguardadas de qualquer ataque, podendo ser usado o exército para tal fim. Contudo, esta proposta ficaria apenas num projecto, devido, em primeiro lugar à sublevação cantonal e depois à Restauração do regime monárquico com Alfonso XII em 1874 (Guereña, 2006: 34).

Nos anos trinta do século XX chega o fim da monarquia constitucional de Alfonso XIII e a consequente proclamação da Segunda República Espanhola e a aprovação parlamentar da Constituição Espanhola de 1931. Esta nova carta magna estabelece uma divisão e administração territorial com mudanças consideráveis respeito as suas antecessoras. A Constituição de 1931 não implantou um modelo federal, mas oferecia a possibilidade de formar regiões autónomas.

> *"El Estado español, dentro de los limites irreducibles de su territorio actual, estará integrado por Municipios mancomunados en provincias y por las regiones que se constituyan en régimen de autonomía […];*
>
> *Sin una o varias provincias limítrofes, con características históricas, culturales y económicas, comunes, acordaran organizarse en región autónoma para formar un núcleo político-administrativo dentro del Estado español, presentará su Estatuto con arreglo a lo establecido en el artículo 12 […].*

A primeira região a solicitar o direito à autonomía regional foi a Catalunha. O Estatuto autonómico catalão entrará em vigor a nove de Setembro de 1932. A rápida aprovação do Estatuto permitiu a região da Catalunha poder desenvolver alguns dos pontos do seu projecto autonómico, à diferença de outras regiões como o País Basco ou a Galiza onde o alçamento militar contra a República de 1934 quebrou e paralisou ambos os processos de aprovação dos estatutos autonómicos, ficando como simples rascunhos (Guereña, 2006: 38).

Após a sangrenta guerra civil espanhola e com a derrota da República e com a consolidação do modelo centralista do regime franquista, eliminou-se qualquer possibilidade de continuar com o sistema autonómico. Aliás, as denominadas nacionalidades-regionais sofreram uma considerável repressão e persecução cultural e linguística. Durante os quarenta anos de regime nacional-católico do General Francisco Franco, as línguas co-oficiais espanholas, ou seja, o galego, o basco, o catalão e o valenciano-balear, passaram a ser só de uso doméstico e nunca institucional. Com a chegada da democracia e do Estado autonómico, aquelas regiões históricas de Espanha voltaram a receber aquelas competências perdidas com o regime franquista.

Acabado o regime franquista e com a aprovação da Constituição Espanhola de 1978 abriu-se a possibilidade aos diferentes territórios espanhóis de solicitar o *status* de Comunidade Autónoma. Este consenso conseguido durante a transição democrática em Espanha entre as diferentes forças políticas permitiu que regiões com características culturais, históricas e linguísticas próprias como a Catalunha, o País Basco, a Galiza e a Andaluzia voltassem a ter aquele reconhecimento prévio à guerra civil espanhola de 1936.

Actualmente, o Reino de Espanha está estruturado em dezassete comunidades autónomas e duas cidades autónomas, Ceuta e Melilla. Esta reformulação do território espanhol parece, em parte, ter solucionado os problemas da questão territorial, mas só em parte, posto que casos como o do País Basco, e sobretudo, o da Catalunha continuam a estar em continuo debate.

2.2. O Nacionalismo e Separatismo Catalão

Embora o movimento, primeiro regionalista e, mais tarde, nacionalista da Catalunha sustente que as origens do nacionalismo ou do "espirito nacional" catalão remontam-se à Idade Media, na verdade, como afirma o professor Pere Anguera (2006: 89), o nacionalismo catalão, como qualquer outro nacionalismo, só pode ser considerado como tal a partir das mudanças ideológicas e teóricas fornecidas pela Revolução Francesa. "Falar de nacionalismo catalão, ou procurar as suas raízes, nas revoltas contra Juan II ou Felipe IV (Filipe III para Portugal), ou na Guerra de Sucessão (espanhola) é puro anacronismo". Porém, há outros autores como Josep R. Llobera (2000: 116-208), que sustentam que, embora seja "certo que o nacionalismo moderno surgiu apenas como consequência da Revolução Francesa", também é certo que "a identidade nacional é um fenómeno de longa duração", que acionou o nacionalismo moderno.

Este esforço dos independentistas no sentido de encontrar na Idade Media o berço do nacionalismo catalão deve-se ao desejo de projetar o fenómeno nacional num passado o mais longínquo possível, e assim reforçar com a História àquela identidade que como reconhece Llobera (2000: 116-208), teve de ser "inventada" ou "recriada" séculos mais tarde. Para Anthony Smith (Teixeira, 2007: 15) existe uma relação entre nacionalismo e modernidade e entre nacionalismo e capitalismo. A nação seria uma criação burguesa que responde aos seus interesses. Não é por acaso que o fenómeno do nacionalismo catalão estivesse protagonizado e potenciado, desde meados do século XIX, pela burguesia catalã.

É no século XIX que se desenvolve o conceito Estado-nação, que propõe a correspondência de um Estado a uma nação. É importante, no entanto, sublinhar que esse conceito é, para os nacionalistas, um fim último, mas que nem sempre é tão linear. Uma nação pode englobar diversos Estados (veja-se o exemplo da Alemanha, uma nação única dividida em diferentes Estados, que só se unifica em finais do século XIX) e um Estado pode acolher diversas nações (como o Estado Britânico, que englobava, entre outras nações, a Irlanda, que se converte em Estado-nação no século XX). "Existe, de facto, uma enorme quantidade de 'nacionalismos potenciais' que jamais se tornaram Estados, embora, alguns casos, se tenha expresso em movimentos" (Teixeira, 2007: 20). Nesta linha, Ernest Gellner (1998: 53) sustenta que, "para cada nacionalismo efetivo há *n* nacionalismos potenciais". Esta afirmação de Gellner pode-se sustentar com alguns exemplos europeus, Estados como a França possuem nacionalismos periféricos, como o basco e o bretão, e o Reino Unido, o nacionalismo galês e escocês.

Os nacionalismos surgem com o propósito da criação de Estados-nação e é assim em todos os países da Europa, envolvendo tanto aspectos políticos, como culturais. Nos países da Europa Occidental, salienta Teixeira (2007: 21), "dominou tendencialmente o modelo de nacionalismo político. Em diversos países fez-se sentir o modelo francês de cariz político influenciado pelas ideias da Revolução francesa". Pela sua parte, o nacionalismo cultural, mais difundido na Alemanha, surge graças ao movimento romântico. Neste último tipo de nacionalismo, aspectos como os linguísticos, os étnicos e os religiosos constituirão a base para a formação da identidade nacional. É dentro deste registro cultural e, sobretudo, linguístico onde surge o movimento regionalista catalão com o processo denominado *Renaixença* a partir dos anos 30 do século XIX. Este movimento literário supunha o renascer da literatura culta em língua catalã e procurava o enaltecimento do passado medieval da região.

Angera (2006: 95) afirma que duas obras marcam o resurgimento da historiografia catalã: as *Memorias para ayudar formar un diccionario crítico de los escritores catalanes* de Félix Torres Amat, e *Los condes de Barcelona vindicados* de Próspero de Bofarull. Estas obras sobre o passado medieval catalão contribuirão para a consolidação do orgulho do povo catalão. Os próprios autores da época afirmavam que com os seus poemas, romances e histórias geravam nos leitores um profundo "sentiment de pàtria" (sentimento de pátria) (Angera, 2006: 95). Ao mesmo tempo em que surge um destacado interesse pelo passado histórico regional, resurge também a vontade de dignificar a língua que durante décadas ficou marginada da literatura culta. Angera (2006: 96) situa o início da *Reinaxença* literária em 1833 com a publicação da *Oda* de Buenventura Carlos Aribau na publicação *El Vapor*.

Com a chegada da Revolução de Setembro de 1868 e a expulsão de Espanha da rainha Isabel II, o regionalismo/nacionalismo cultural catalão radicaliza-se e torna-se mais político. O Sexenio democrático, que vai desde 1868 até 1874, permitiu evidenciar a força do movimento nacionalista na região. Nesta altura pensadora como J.N. Roca Ferreras afirmava que acabar com a "unidade absorvente, centralizadora e uniformativa era o único caminho para a modernização de Espanha" (Anguera, 2006: 97). Entre 1870 e 1875, desenvolveu-se a *Jove Catalunya*, uma organização de inspiração mazziniana que soma pela primeira vez o carácter literário com as reivindicações políticas.

Com a Restauração bourbónica, voltou o centralismo, o que provocou a associação dos partidários do federalismo no partido *Republicá-Democrátich-Federal de Catalunya*. Este partido político celebrou um Congresso em 1883, onde se aprovou e publicou uma

"Constituição" catalã. A partir dos anos 80 do século XIX, surgem vários núcleos de actuação nacionalista. Em 1886, Valentí Almirall publicou *Lo Catalanisme* uma obra chave para o desenvolvimento do movimento nacionalista. Dentro desta euforia de finais do século XIX, nasce em 1891 *Unió Catalanista*, com o objectivo de aglutinar numa mesma organização as diferentes faces do regionalismo/nacionalismo catalão. A nova agrupação juntará aos partidários do *Centre Català* (criado em 1882) e aos da *Lliga de Catalunya* (fundada em 1887).

Durante estas décadas do final do século XIX, a imprensa, assim como os géneros literários, desenvolveram um papel fundamental na difusão do pensamento nacionalista tanto no âmbito cultural como no político. O primeiro diário em escrito em catalão, o Diari Català, surge em 1879 e durará até 1881. Este jornal criado por V. Almirall suporá uma revolução no âmbito jornalístico catalão ao incluir secções inovadoras e contando com uma amplia rede de correspondentes que iam desde A Havana até Nova Iorque, passando por Lisboa, Roma ou Paris. *La Renaixença, La Veu de Catalunya* e *Lo Somatent* são as outras três publicações diárias que completam o panorama jornalístico regionalista catalão até os primeiros anos do século XX. Com a chegada do novo século publicações como *La Veu de Catalunya* ou o semanário satírico *Cu-Cut* vão se tornar mais extremistas nos seus conteúdos, até chegar ao ponto de ser intervindos pelas forças da ordem pública. O feche destas publicações teve péssimas repercussões na opinião pública catalã que interpretou esta intervenção como uma repressão por parte do governo central de Madrid. Rapidamente surgem em Barcelona movimentos em apoio à liberdade de imprensa catalã, dando origem à plataforma *Solitaritat Catalana.* Esta plataforma, organizada mais logo como partido, obteve nas eleições de 1907 67% dos votos. Sendo que dos 44 deputados pela Catalunha nas Cortes Espanholas, 41 foram *da Solitaritat Catalana.*

No âmbito político outro dos protagonistas foi a *Lliga Regionalista* fundada em 1901 e liderada por Enric Prat de la Riba, autor do livro *La Nacionalitat Catalana* (1906). A *Lliga Regionalista*, que agrupava aos sectores conservadores e burgueses catalães, teve importantes resultados eleitorais e foi a autora da primeira tentativa de autonomia catalã com estructuração da *Mancomunidad Catalana* de 1914. Em 1904 a *Lliga* sofre a excisão duma parte da sua militância, a mais conservadora e republicana, dando origem ao *Centre Nacionalista Republicà*, agrupação que nove anos depois passaria a ser a *Unió Federal Nacionalista Republicana* (Anguera, 2006: 108-109).

A 6 de Abril de 1914 constituiu-se em Barcelona a *Mancomunidad* de Catalunha, presidida pelo dirigente da *Lliga Regionalista*, Prat de la Riba. O novo organismo dava mais autonomia à região estructurando-a em três níveis: a Assembleia Geral, o Conselho permanente executivo e o presidente da Assembleia. A nova organização regional durará até 20 de Março de 1925 quando o ditador Miguel Primo de Rivera decidirá dissolvê-la para salvaguardar a "integridade nacional" ameaçada, segundo ele, pelo avanço do radicalismo catalanista. Esta dura repressão à cultura catalã teve como principal consequência a radicalização dos postulados regionalistas/nacionalistas que em questão de meses passaram desejar maior autonomia para a região a ambicionar a independência.

Com a inauguração do regime democrático da Segunda República espanhola, a Catalunha voltará a contar com órgãos próprios de autogoverno, a Generalitat de Catalunha. Porém, um novo golpe militar, esta vez liderado pelo General Francisco Franco imporá a política centralista e homogenizadora practicada pelo também militar Primo de Rivera antes da República. Após 40 anos de regime ditatorial, nos que as demais línguas e culturas espanholas não foram devidamente respeitadas nem difundidas, a instauração da democracia sob um regime de monarquia parlamentar, com Juan Carlos I como chefe de Estado, traz consigo o reconhecimento e a normalidade à realidade territorial, cultural e linguística espanhola. Com a Constituição de 1978, ainda apesar das suas imperfeições, o Reino de Espanha desfruta de um período de estabilidade política nunca antes visto na história do país vizinho.

2.3. O Desafio de 9 de Novembro de 2014: Tratamento e cobertura na imprensa económica portuguesa. Caso do *Jornal de Negócios*

2.3.1. Cronologia do 9 de Novembro de 2014

Para contextualizar temporalmente este estudo devemos remontar ao dia 27 de Setembro de 2012, data na que o parlamento regional da Catalunha aprovou por maioria absoluta a realização de uma consulta popular sobre a auto-determinação da região espanhola. Esta comunidade autónoma, com uma forte identidade cultural e linguística, possui uma população de cerca de 7,5 milhões de habitantes e representa 20% da produção económica de Espanha, segundo dados do INE (Instituto Nacional de Estadística).

Justo dois anos depois, a 27 de Setembro de 2014, Artur Mas assinou o decreto que convocou um referendo naquela região espanhola para 9 de Novembro desse mesmo ano. A consulta secessionista impulsionada desde o governo independentista de Mas teve duas perguntas: "quer que a Catalunha se converta num Estado?" e, em caso afirmativo, "quer que este Estado seja independente". Esta consulta foi apresentada como um exercício não vinculativo, diferente de um referendo, numa tentativa de contornar a oposição do Governo central de Madrid.

O Governo do Reino de Espanha, sempre contrário à consulta, considerou que este processo era inconstitucional e que, por tanto, não cabia dentro do marco constitucional espanhol. Após dois dias desta convocatória unilateral para a realização duma consulta sobre a independência da região, o Governo de Mariano Rajoy apresentou no Tribunal Constitucional espanhol dois recursos contra a Lei de Consultas catalã (na que se estructurava ao referendo) e contra o decreto assinado por Artur Mas. Nesta linha, Rajoy, declarou para o jornal espanhol o El País, que qualquer referendo pela auto-determinação "é abertamente contrário à Constituição (espanhola) porque a soberania nacional reside no povo espanhol, no seu conjunto, e uma parte dele não pode tomar decisões sobre o que afecta a todos". Após o recurso apresentado pelo Executivo central espanhol, o Tribunal Constitucional (TC) daquele país considerou que a convocação referendária apresentada por Mas contrariava a lei de consultas, numa decisão que beneficiou da unanimidade dos 12 juízes deste órgão espanhol. O TC incluía na suspensão "as restantes acções preparatórias" da consulta e "ou as vinculadas à mesma".

Indiferente à decisão dos magistrados do TC, o chefe do Executivo regional resolveu prosseguir com o seu desafio à coesão e integridade territorial espanhola anunciando no dia 14 de Outubro a realização da consulta, mas sob um modelo de "participação cidadã". Perante este

novo desafio, a 4 de Novembro o órgão constitucional espanhol pronunciou-se novamente e suspendeu a consulta popular agendada para o 9 de Novembro. O Tribunal Constitucional espanhol chumba esta alternativa ao referendo, ao considerar que continua a ser um "referendo encoberto". Novamente, apesar das decisões do TC o Governo da Catalunha mantém o processo participativo, alegando o direito da liberdade de expressão e o direito de liberdade ideológica, além disso, acrescenta que os executivos regionais possuem as competências em matérias de participação cidadã.

O processo consultivo que finalmente não será vinculativo foi promovido e observado por organizações independentes de cidadãos, sem o aparente envolvimento das autoridades regionais catalãs, tentando desta maneira evitar as consequências judiciais. Porém, como afirmava ao diário espanhol *La Vanguardia* (Gisbert, 2014) o coordenador do Pacto Nacional pelo Direito a Decidir, Joan Rigol, o Governo regional "continua a amparar" o processo, mas a "sua execução" ficará a cargo dos cidadãos voluntários.

Portanto, a consulta passará a ter um marcado carácter popular, contando com quase 41 mil voluntários inscritos. Ao acto de participação estavam chamados a votar todos os cidadãos catalães residentes na região ou fora de Espanha que fossem maiores de 16 anos e todos os estrangeiros residentes na Catalunha, neste caso também os maiores de 16 anos. Para o acto, foram instalados 6.695 pontos de participação, distribuídos por 1.317 locais de votos (dos quais 600 foram escolas públicas). Ao processo aderiram-se 942 das 947 câmaras municipais catalãs. Os municípios que decidiram ficar fora foram: Pontons (Barcelona), Horta de Sant Joan (Tarragona), Arres, Bausen, Canejan, os três últimos na província de Lérida.

Ao tratar-se de uma convocatória não oficial, ou seja, sem formalidade nem jurídica nem administrativa, não existiu um censo 'oficial' nem dados fidedignos. Segundo o Governo da Generalitat, a consulta contou com cerca de dois milhões de votantes e saldou-se com 80,76% dos votos a favor (1.897.274 votos) da criação de um Estado independente na Catalunha (Generalitat de Catalunya, 2014). Perante este resultado, o presidente Artur Mas, no seu propósito por esgotar todas as vias possíveis para conseguir um referendo, contemplou a convocação antecipada de eleições autonómicas, sendo que estas teriam um carácter plebiscitário. Pela sua parte, o partido mais extremista da esquerda-independentista catalã, Esquerra Republicana de Catalunya (ERC), defende a união em bloco de todas as forças independentistas da Catalunha e, após uma hipotética vitória eleitoral, declarar de forma unilateral a independência. Segundo o seu líder da ERC, Oriol Junqueras, esta declaração estaria legitimada pela população catalã.

O presidente do Governo do Reino de Espanha, Mariano Rajoy, demorou três dias para se pronunciar sobre a consulta realizada na Catalunha. O líder do Executivo central e do Partido Popular espanhol, classificou o 9-N de "profundo fracasso", argumentando que os mais de dois milhões de catalães que foram votar representam apenas um terço da população catalã.

Como consequência a todo este périplo secessionista impulsionado pelo Executivo catalão e apoiado pela ERC (partido também independentista), Artur Mas, a 14 de Fevereiro de 2015, anunciou a convocatória antecipada de eleições autonómicas para 27 de Setembro de 2015, sendo que estas estavam previstas para 2016. Com estas eleições, Mas espera concretizar o que, segundo ele, "o Estado não deixa fazer", isto é, apurar se a população da Catalunha quer ou não um Estado independente do resto de Espanha. Para que a sondagem decorra com sucesso, Mas considera imprescindível a constituição de uma lista única formada pelos partidos favoráveis à secessão. O presidente catalão advertiu que se este bloco independentista atingir a maioria absoluta terá, portanto, a legitimidade "democrática" para declarar a independência da Catalunha nos 18 meses posteriores ao acto eleitoral.

2.3.2. Metodologia

A componente de investigação deste relatório de estágio baseia-se na análise dos artigos publicados pelo site do *Jornal de Negócios*[3] durante o período compreendido entre Setembro de 2014 e Fevereiro de 2015. Tem como objectivo conhecer o tratamento e cobertura que a imprensa económica portuguesa deu ao processo secessionista catalão do 9-N.

Para realizar este trabalho, procedeu-se a uma análise de conteúdo compreendida entre Setembro de 2014 e Janeiro de 2015. Foi escolhido este espaço temporal porque, em primeiro lugar, no dia 11 de Setembro celebra-se o dia da *Diada* (festa regional da Catalunha), data com carácter nacionalista. E, em segundo lugar, porque a 18 de Setembro de 2014 se celebrou na Escócia o referendo sobre a independência deste território do resto do Reino Unido da Grã-Bretanha. Este último acontecimento reveste-se de uma importância ainda maior para o desenvolvimento deste relatório, uma vez que o processo escocês é o espelho que reflete o movimento independentista catalão. De facto, como se poderá comprovar ao longo desta análise, os dois processos são comparados na maioria dos artigos publicados pelo jornal português. Finalmente, o período de análise concluirá a 14 de Janeiro de 2015, data em que o

[3] www.jornaldenegocios.pt

presidente da Generalitat de Catalunha, Artur Mas, anunciou a convocatória de eleições autonómicas antecipadas para 27 de Setembro de 2015. O líder catalão utilizará esta data significativa no ideário independentista para tentar encontrar nas eleições regionais um apoio plebiscitário do povo catalão ao seu plano secessionista.

Para a consecução desta análise, utilizamos um corpus de 32 artigos: somatória de todos os artigos publicados pelo jornal económico visados sobre a questão da Catalunha e sobre a consulta catalã agendada para o dia 9 de Novembro de 2014. Consideramos se as peças foram redigidas a partir de informações fornecidas por agências noticiosas, nomeadamente, a nacional Lusa; se eram assinadas por redactores do *Jornal de Negócios* ou se, pelo contrário, não estavam assinadas por nenhum profissional.

Também foi objecto de análise as fontes utilizadas para redigir as peças, ou seja, se o jornalista se forneceu de informações obtidas através de agências noticiosas, jornais espanhóis, nacionais ou internacionais. Analisamos, igualmente, a extensão das peças, classificando-as em três níveis: peça curta (até 1500 caracteres), peça média (entre 1500 e 2500 caracteres) e peça longa (mais de 2500 caracteres). Nesta linha, foram analisadas as temáticas ou assuntos mais repetidos em cada uma das informações publicadas, sendo classificadas as seguintes: consulta independentista; inconstitucionalidade da consulta; independência da Catalunha; referendo na Escócia; União Europeia; eleições antecipadas; juros da dívida; investimento estrangeiro e recuperação económica.

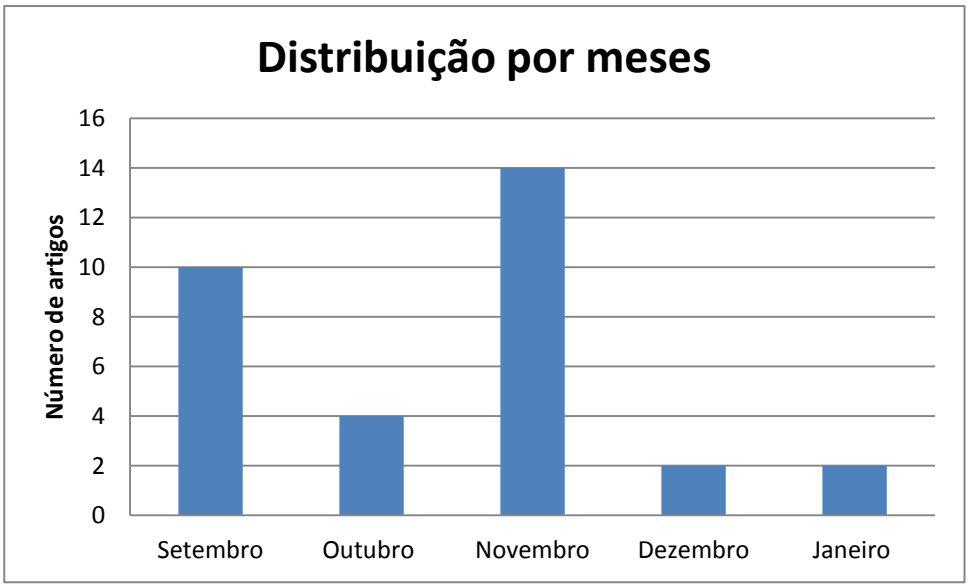
Dentro deste processo de análise, foi importante também destacar os protagonistas e personagens mencionados nas informações, destacando obviamente as figuras dos grandes personagens, o presidente do Governo regional da Catalunha (Generalitat de Catalunha), Artur Mas; o presidente do Governo do Reino de Espanha, Mariano Rajoy; e junto a estes outros de menor importância como o líder do partido separatista Esquerra Republicana de Catalunya (ERC), Oriol Junqueras; o partido socialista espanhol (Partido Socialista Obrero Español-PSOE); o porta-voz da Generalitat, Francesc Homs; o Tribunal Constitucional espanhol; e como colectivos o Governo de Espanha, a Generalitat da Catalunha, e as plataformas populares.

2.3.3. Resultados

Antes de começar a apresentar os resultados do trabalho de análise de conteúdo, temos que salientar que o número total de artigos publicados no site do *Jornal de Negócios* e que o número total de artigos publicados no *Jornal de Negócios* sobre o referendo da Catalunha no

período escolhido foram 32. Como duas destas peças exigiam a assinatura ou compra da edição em papel, apenas as 30 restantes, que se podem ser lidas integramente no site do jornal, foram utilizadas na análise de conteúdos.

Como apontamos no início deste capítulo, o período temporal usado para realizar esta análise foi desde o mês de Setembro de 2014 até o mês de Janeiro de 2015. Como podemos apreciar no gráfico inferior, os meses com maior número de publicações foram Setembro e Novembro, com dez e catorze peças, respectivamente. Pela sua parte, o mês de Outubro apresenta unicamente quatro peças e os meses de Dezembro e Janeiro, apresentam duas cada um deles. Esta notável diferença entre os vários meses deve-se ao facto do mês de Setembro ter estado marcado pelo referendo na Escócia, processo que tinha a mesma finalidade que o do catalão, mas de natureza bem distinta. Foi também neste mês que se registou várias formalidades na convocatória do referendo catalão, como foram: a assinatura por parte do presidente da Generalitat, Artur Mas, da convocatória do referendo de 9 de Novembro, assim como as consequentes contestações tanto por parte do Tribunal Constitucional espanhol e do Governo central de Mariano Rajoy, como por parte dos mercados, que reagiram com receio perante a aproximação da data da consulta.

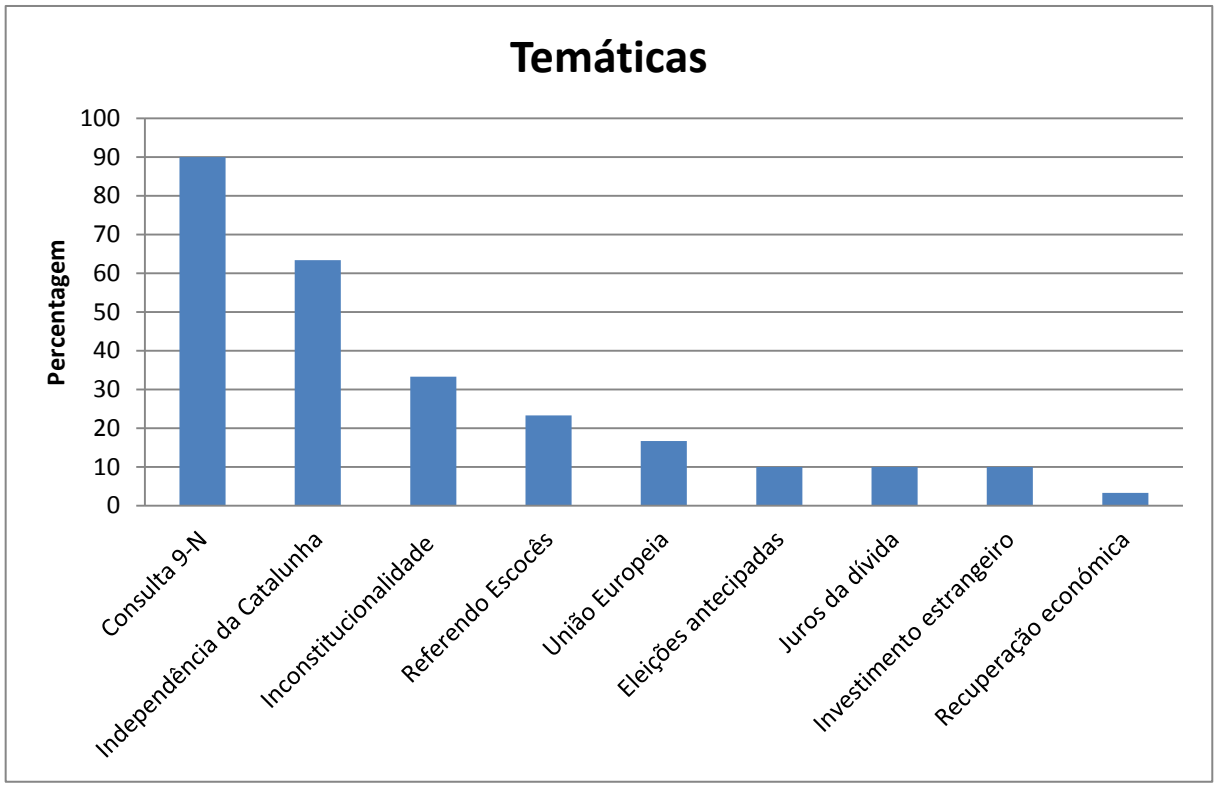


Fonte: Elaborado pelo autor.

No que diz respeito às principais temáticas ou assuntos tratados pelos artigos publicados pelo *Jornal de Negócios*, comprovamos na análise que, como é obvio, o principal assunto abordado nas peças é a própria consulta independentista de 9 de Novembro, por vezes apresentada como 9-N.

Esta denominação mudará ao longo do processo, já que começará por ser um referendo, mas, pelo devir judicial, passará a adquirir outras denominações como "consulta participativa", "consulta popular" ou "referendo encoberto". Contudo, este assunto foi o eixo central de quase a totalidade das peças, sendo que 90% das publicações fizeram referência ao assunto.

A seguir ao 9-N, encontramos o assunto da "Independência da Catalunha" intimamente relacionado ao assunto anterior, sendo que o referendo é para determinar se a população catalã prefere uma Catalunha dentro do Estado espanhol ou fora como Estado independente. A independência da Catalunha estará presente em 63% das peças analisadas. A inconstitucionalidade ou ilegalidade da consulta também foi outro dos temas mais tratados no conjunto das peças atingindo a 33% das notícias.

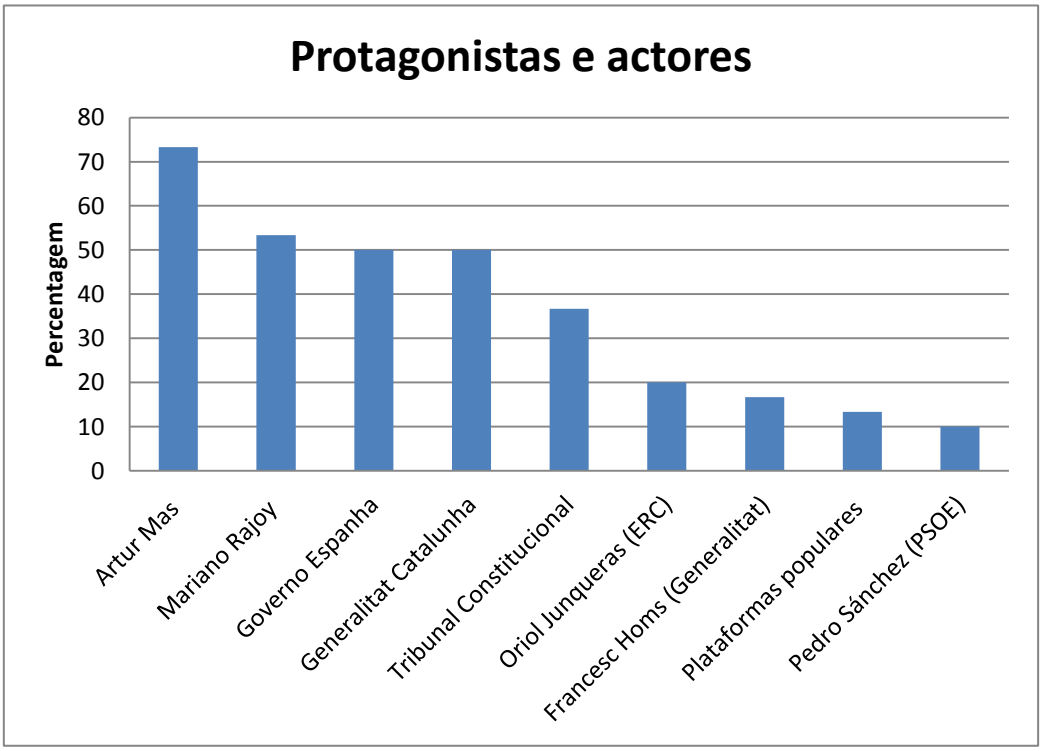


Fonte: Elaborado pelo autor.

A ligação da questão catalã com o referendo escocês foi também um assunto que ocupou o seu espaço dentro do tratamento do 9-N, sendo referido em 23% da totalidade dos artigos. Aliás, o plano europeu e o papel que devia desempenhar a União Europeia foi outra das temáticas utilizadas na redação das peças analisadas (17%).

Já situados no plano especializado ao jornal que estamos a analisar, a carga financeira e económica das peças é bastante significativa, já que atinge na sua totalidade quase um quarto (23%) do conjunto dos artigos. Este 23% encontra-se divido em várias preocupações a situação dos juros da dívida espanhola e também regional catalã, a redução do investimento estrangeiro na Catalunha e a repercussão do processo independentista à recuperação económica tanto da Catalunha como do resto de Espanha.

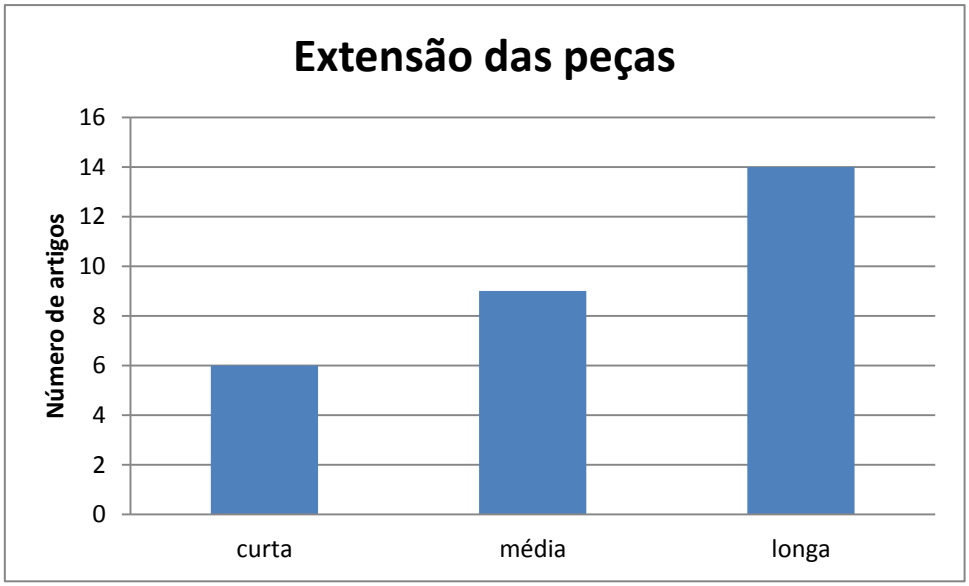
No que se refere aos protagonistas ou actores principais dos artigos analisados, podemos observar que os principais actores são as duas facções do conflicto, por um lado, está o presidente do Governo regional da Catalunha, Artur Mas, a favor da consulta. Por outro lado, na oposição o Governo do Reino de Espanha, liderado por Mariano Rajoy. Em percentagens, a personagem mais mencionada é Artur Mas. A figura do líder catalão aparece em 73% das peças informativas analisadas. A seguir está o presidente do Governo espanhol com 53%. Os governos regional e nacional ocupam 50% das peças, seguido pelo Tribunal Constitucional espanhol que aparece em 37% das informações.



Fonte: Elaborado pelo autor.

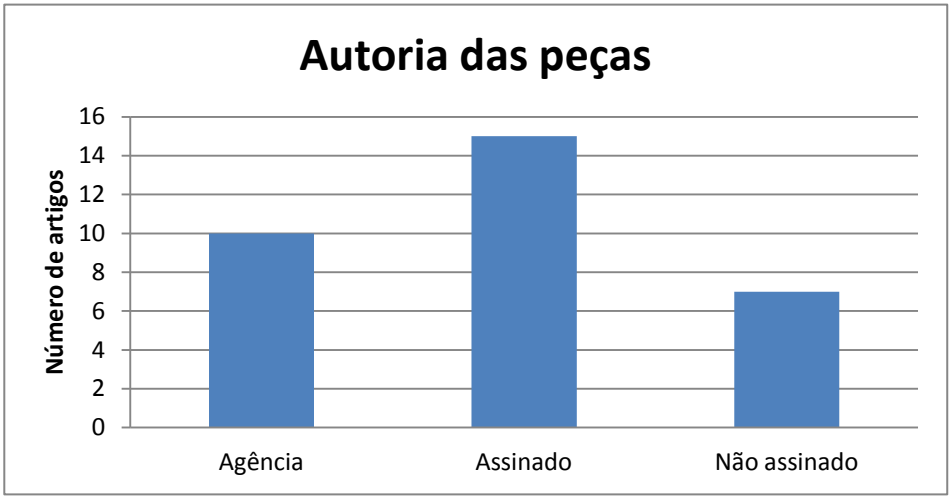
Também detém o seu espaço nos artigos actores como o porta-voz da Generalitat da Catalinha, Francesc Homs (17%); o líder da Esquerra Republicana de Catalunya (ERC), Oriol Junqueras (20%); as plataformas populares catalãs (13%) e o líder do partido socialista espanhol (PSOE). Pedro Sánchez que aparece em apenas um 3% das peças, sendo que o secretário-geral do PSOE começa a ser mencionado nas informações após do 9-N, quando Sánchez afirma que a melhor solução para o problema catalão é a reforma da Constituição espanhola e trocar o modelo das autonomias espanhol em um modelo federal que ofereça mais autonomia à Catalunha.

Relativamente à extensão das peças publicadas, observamos que a maioria dos artigos publicados no site do *Jornal de Negócios* durante o período analisado são longos, ou seja, tem mais de 2500 caracteres. Concretamente 14 dos 30 textos são peças longas. Isto denota o interesse demonstrado pelo jornal económico nas informações relativas ao processo independentista catalão. Mas o *Jornal de Negócios* também investiu em peças informativas de extensão média, nomeadamente nove. As peças curtas, ou seja, aquelas com uma extensão inferior a 1500 caracteres são as menos frequentes, contando só seis das 30 analisadas. Temos de salientar que a grande maioria das peças pequenas trata-se de textos de formato minuto-a-minuto que coincide com o dia 9 de Novembro, quando o jornal ofereceu a actualização dos dados participação na consulta segundo se tornavam públicos.



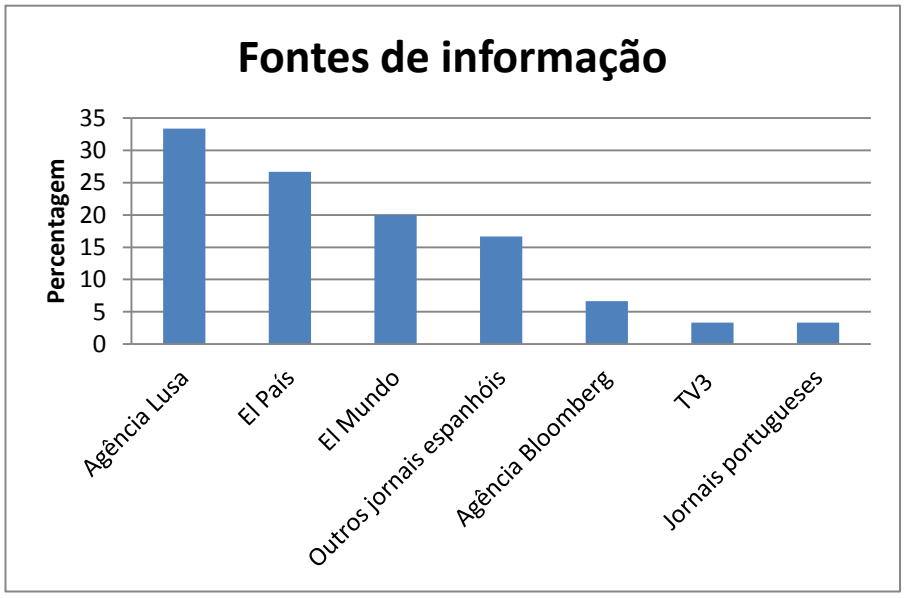
Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à autoria das peças informativas analisadas, podemos afirmar que metade das mesmas foram redigidas pelos diferentes profissionais da secção online do *Jornal de Negócios*. A metade que resta divide-se entre as informações fornecidas pela agência noticiosa nacional, Lusa, com um total de 10 artigos, e por outro lado por aqueles textos que não foram assinados (sete peças).



Fonte: Elaborado pelo autor.

No que se refere às fontes de informação utilizadas pelos jornalistas e mencionadas nos artigos, podemos destacar a utilização de agências noticiosas, principalmente da Lusa, ainda que, também por vezes apareça a Bloomberg. Para complementar as suas informações, os profissionais do Jornal de Negócios também recorreram, a jornais espanhóis, com destaque para dois: *El País* e *El Mundo*. Ainda que também fossem utilizados outros jornais espanhóis, mais concretamente, os catalães *La Vanguardia* e *El Periódico de Cataluña*. Houve também uma ocasião em que se menciona a televisão pública catalã, TV3 como fonte de informação.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Capítulo 3 – Estágio no *Jornal de Negócios*

3.1. Objectivos e Metodologia

Antes do início do estágio, o objectivo principal era conseguir desenvolver um tratamento pormenorizado da actualidade económica, empresarial e política dos países da América Latina dentro do âmbito das informações internacionais do *Jornal de Negócios*. O principal acicate deste desafio era que esta é umas das regiões do mundo, com a excepção do Brasil, mais esquecida em termos gerais pela imprensa económica portuguesa. A América Latina, com a Colômbia, o México e o Chile como principais representantes, apresenta-se como um novo actor na internacionalização das empresas portuguesas. Consolida-se, portanto, como um pólo cada vez mais atractivo para a economia portuguesa. Estas razões impulsionaram, no princípio, a realização dum trabalho baseado numa análise sobre as relações comerciais entre a região latino-americana e Portugal, e a posterior reflexão sobre o tratamento recebido na imprensa especializada em economia portuguesa.

Além disso, algumas das principais companhias do PSI-20 português já estão presentes nesses mercados, destacando-se a expansão da retalhista Jerónimo Martins, que aumenta a cada ano a sua frota de supermercados na Colômbia, abaixo da marca Ara. Veja-se o exemplo da Colômbia, que se tornou, nos últimos anos, num dos países mais atraentes do investimento empresarial português, tal como atesta a criação de instituições de colaboração entre ambos os países como a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Colombiana e a sua homóloga na Colômbia, a Cámara de Comercio Colombo-portugués.

Por estas e por outras razões, apostou-se num primeiro momento, por centrar o trabalho na elaboração de peças noticiosas que tivessem como pilar fundamental as actividades comerciais e económicas desenvolvidas na América Latina. A resposta que por parte da orientadora da instituição, a jornalista Sara Antunes foi, à partida, positiva. No entanto, a proposta foi rejeitada pelo núcleo organizacional do jornal, por motivos, principalmente, temporais e por falta de meios que assegurassem a continuidade do serviço informativo proposto.

Após esta mudança de rumo dos objetivos, decidiu-se centrar o trabalho em informações que resultassem, igualmente, de utilidade para o jornal e que eram as requeridas. Tratava-se de todas aquelas informações relacionadas com a actualidade económica,

empresarial e política da vizinha Espanha. Isto deve-se ao alto número de notícias que são publicadas diariamente sobre Espanha na imprensa portuguesa, seja especializada em economia ou generalista. Este número significativo de notícias está intimamente ligado à forte conexão entre as duas economias ibéricas.

Espanha e Portugal partilham um espaço económico quase comum; muitas empresas espanholas estão presentes no mercado português; a título de exemplo posso destacar os bancos Santander e BBVA, ou empresas como o El Corte Inglés e a DIA (Distribuidora Internacional de Alimentos, que trabalha com a marca Mini Preço em Portugal). Da mesma maneira, outras empresas portuguesas estão presentes na malha empresarial espanhola, como a companhia energética EDP (Energias de Portugal, que opera em Espanha com o nome EDP-Hidroeléctrica del Cantábrico).

Com o campo de acção mais ou menos perfilado, os objectivos do estágio ficariam reduzidos à realização do trabalho diário o melhor possível e com todo o empenho e dedicação. Durante os três meses que durou aquele processo de aprendizagem tentou-se ultrapassar barreiras e atingir a consecução positiva de todos os trabalhos propostos.

Para cumprir estes objectivos foram convocadas múltiplas metodologias próprias da profissão jornalística. Na hora da elaboração das peças eram básicas as fontes de informação, quer das agências noticiosas, quer dos comunicados de imprensa facilitados à redacção do jornal pelas instituições ou empresas interessadas. Noutras ocasiões tinha de recorrer-se a fontes complementares como outros meios de comunicação social (online ou offline), telefonar directamente ao gabinete de comunicação da empresa implicada na notícia, ou procurar nos arquivos hemerotecários do próprio *Jornal de Negócios.* As peças informativas também podem estar elaboradas a partir das declarações proferidas em conferências de imprensa, mas neste caso concreto o estágio unicamente contou com uma saída ao exterior, razão pela qual esta via não foi a mais usual dentro do percurso como jornalista-estagiário.

3.2. Caracterização do *Jornal de Negócios*

O *Jornal de Negócios* é um jornal económico e financeiro português, propriedade do grupo mediático Cofina. O jornal nasceu a 23 de Novembro de 1997 em formato digital, nicho de mercado que lidera desde o seu surgimento. Em 8 de janeiro de 1998, passou a estar presente também em formato papel com uma periodicidade semanal, encontrava-se nos quiosques

portugueses todas as quintas-feiras. A 8 de maio de 2003 o *Jornal de Negócios* passou a ser de publicação diária, concorrendo desta maneira com outro grande jornal económico português, o *Diário Económico*.

Controlada, a princípio, pelo grupo MediaFin SGPS, a publicação viu a luz graças ao empenho dos empresários José Diogo Madeira, Tiago Cortez e Salvador da Cunha, além do jornalista Pedro Santos Guerreiro. Sob o lema "para quem gosta de investir", fundiam-se os dois formatos disponíveis até aquela data: o *Canal de Negócios* (online) e o *Jornal de Negócios* (offline/impresso). Em 2003, estes dois formatos passariam partilhar a mesma denominação: *Jornal de Negócios*, unificando-se assim a marca da empresa.

O primeiro director do *Jornal de Negócios* foi José Diogo Madeira, que ocupará o posto entre Novembro de 1997 e Março de 2000. Nessa data, a direcção passou a ser assumida pelo jornalista Rui Borges, que esteve no cargo até o mês de Setembro de 2001. De Setembro de 2001 a Outubro de 2002 a direcção foi novamente assumida por José Diogo Madeira. Depois de José Madeira, o jornal passou para as mãos de Sérgio Figueiredo até Fevereiro de 2007.

Após esta data, a direcção da publicação foi assumida por Pedro Santos Guerreiro, jornalista do *Negócios* desde a sua fundação como jornal digital. Finalmente, a jornalista e professora universitária Helena Garrido tomou as rédeas do jornal económico em Janeiro de 2014, continuando o seu trabalho até hoje como a primeira directora do *Jornal de Negócios*.

Segundo o gabinete de vendas do Grupo Cofina, o *Jornal de Negócios* alça-se como líder em audiências de informação económica em papel e online. Conforme a estes dados o jornal conta com 1,6 milhões de leitores diários, dos quais 31% seriam leitores de classe alta e média-alta. Assim, o maior número de leitores encontrar-se-ia na faixa etária compreendida entre os 35 a 44 anos, apresentado um total de 422 mil leitores diários.

Actualmente, além de estar disponível nos formatos clássicos (papel e site), o diário também está presente em suporte e-paper, ou seja, versão papel em digital. Também está presente no formato audiovisual através das transmissões no canal de televisão propriedade do Grupo Cofina e no canal bolsa em directo na CMTV. Também dispõe de outras vias, actualizadas 24 horas por dia e os sete dias da semana, nas redes sociais e na sua aplicação para telemóveis para terminais Android ou Apple.

Neste âmbito digital, onde o jornal está presente através de diferentes formatos (site, telemóvel, tablet), o Grupo Cofina declara atingir os 4,5 milhões de visitas ao site negócios.pt, com 14 milhões de visualizações de páginas.

Alguns dos reconhecimentos que o *Jornal de Negócios* tem obtido durante a sua breve história são:

-Prémio Navegantes 2012 ao melhor site de Media Especializada.

-Prémio ao Melhor Jornal de Informação Económica em 2012, concedido pelos prêmios Meios & Publicidade.

-Prémio de melhor artigo sobre o mercado de capitais em 2013, promovido pela Bolsa de Lisboa.

-Prémio de jornalismo económico 2011, 2012 e 2014, atribuído pela entidade financeira Santander Totta e pela Universidade de Nova de Lisboa.

-Prémio ao melhor jornal de informação económica em 2013, atribuído pelos Prémios Meios & Publicidade.

-Prémio Melhor evento de promoção de mercado de capitais em 2013, concedido pelo Euronext Lisbon Awards.

-Premio Navegantes 2014 ao melhor site de Media Especializada.

Cabe mencionar também que o *Jornal de Negócios* tem sido o único jornal português na lista de nomeados para o galardão jornal internacional do ano.

O *Jornal de Negócios* como caixa de ressonância da actualidade e vida económica portuguesa têm desenvolvido nos últimos tempos actividades para dar a conhecer melhor a realidade económico do nosso país.

Para cobrir este desafio, o jornal económico organiza as Conferências Jornal de Negócios. Estes colóquios têm como objectivo oferecer soluções integradas de comunicação multimédia, abordando temas de agenda, reunindo especialistas de cada matéria nacionais e internacionais e potenciando a distribuição de conteúdos gerados. As Conferências do Jornal de Negócios apresentam um formato inovador, uma oportunidade de ouvir em primeira mão alguns dos principais actores da vida económica do país. Tal lista de convidados permite ao público a descodificação da agenda económica e financeira, por via de um discurso directo e claro.

3.3. Actividades Desenvolvidas

O percurso do estagiário no *Jornal de Negócios* decorreu entre os dias 3 de Novembro de 2014 e 31 de Janeiro de 2015. Enquanto estagiário no dito jornal, a função principal foi a redacção de peças noticiosas para o site da Internet do jornal, ainda que, por vezes, alguma destas peças fossem aproveitadas pelos diferentes editores da versão impressa para serem publicadas no número seguinte, como peças breves, sofrendo, assim, algumas delas leves alterações para poderem ser inseridas no formato papel.

No que se refere à temática das peças, a maioria estava relacionada com a actualidade política e/ou económica de Espanha e de Portugal, assim como de países ibero-americanos e também, em algumas ocasiões, de países membros da União Europeia e de outras regiões do mundo.

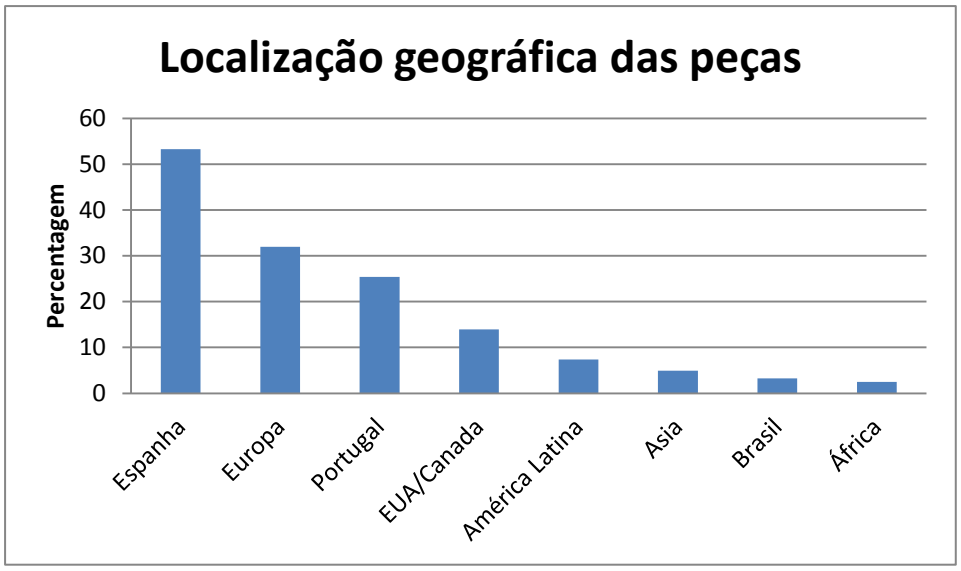
A conjuntura actual das principais empresas espanholas como o Banco Santander, a Telefónica, a Repsol, ou os acontecimentos políticos espanhóis, como o desafio secessionista da Catalunha ou o processo judicial da Infanta dona Cristina de Borbón, constituíram alguns dos temas que marcaram os três meses de trabalho na secção on-line do *Jornal de Negócios*. No caso específico da questão catalã, tratado no capítulo anterior, o estagiário unicamente redigiu e publicou uma peça informativa no mês de Janeiro, intitulada "Investimento estrangeiro cai 45% na Catalunha em 2014". Não obstante, durante todo o periodo do estágio, o mesmo esteve em contacto directo com esta temática colaborando com os outros jornalistas da secção online com vista à resolução de dúvidas sobre questões que eventualmente iam surgindo sobre o assunto.

O estágio começou no dia 3 de Novembro de 2014 no piso número dois do edifício sede do Grupo Cofina, localizado na Rua Luciana Stagano Picchio, número 3, em Lisboa. Este andar é também ocupado por outras publicações e meios pertencentes ao grupo, como o *Correio da Manhã*, a revista *Sábado* ou o diário desportivo *Récord*. Iniciou-se, assim, uma intensa experiência profissional no *Jornal de Negócios*. No primeiro dia, na redacção, houve uma reunião com a orientadora do estágio na instituição, a jornalista Sara Antunes, editora da secção online do jornal. Nesta reunião, a jornalista explicou detalhadamente quais seriam as funções e tarefas dentro do diário, mostrou as instalações e explicou o funcionamento normal da secção. Dentro do jornal, além do apoio da orientadora, contou-se ainda com as ajudas e dicas da editora de conteúdos multiplataforma, a jornalista Alexandra Machado, do director adjunto, Nuno Carregueiro, e da coordenadora para a secção online, Ana Luísa Marques.

O horário de trabalho na secção online do *Jornal de Negócios* era de segunda-feira a sexta-feira das dez às dezasseis horas, aproximadamente. Ainda que fosse esse o horário estabelecido, na maioria das vezes o trabalho podia prolongar-se até às dezassete ou às dezoito horas, se a carga de trabalho assim o requisesse. Não obstante, sempre houve uma grande flexibilidade horária.

A rotina diária no jornal passava pela revisão das últimas notícias da imprensa económica internacional (principalmente espanhola), dos *takes* enviados pelas agências contratadas pelo jornal, nomeadamente, a Bloomberg e a Lusa, e pela leitura e resposta a e-mails e telefonemas. Após a revisão dos principais factos noticiosos, enviava-se uma lista com possíveis peças à editora da secção que podia ser a Sara Antunes ou a Ana Marques. Eram elas que determinavam as peças que se deviam redigir. Outras vezes, as editoras ou o director adjunto do jornal reencaminhavam comunicados de imprensa ou relatórios que serviriam de base para a elaboração de peças informativas.

Desde o primeiro dia do estágio, quase a totalidade das peças publicadas foram escritas pela própria mão, ainda que nenhuma delas conte com a correspondente assinatura. A grande maioria das peças informativas que se elaboraram dizia respeito à actualidade económica, política ou empresarial espanhola, como se pode verificar no gráfico de barras abaixo. A percentagem de artigos publicados sobre Espanha foi de mais do 50% (53% do total).Também surgiram peças relativas ao mercado ibérico e/ou exclusivamente nacional. A este respeito, um quarto do total das peças publicadas versavam sobre a actualidade portuguesa. As notícias relativas à União Europeia ou a países membros também eram habituais, tendo sido a segunda região geográfica (32% do total de artigos), seguida pela América do Norte (Estados Unidos da América e o Canadá) com 14%. Os países latino americanos, incluindo o Brasil, foram protagonistas de 7% dos artigos publicados. Países asiáticos e africanos foram os menos referidos, somando, entre os dois, a mesma percentagem do que a região latinoamericana.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esta distribuição geográfica dos objetos informativos fez com que as principais fontes de informação tivessem sido as agências noticiosas espanholas, nomeadamente, a Europa Press e a Efe. Outra parte considerável das fontes incluíam os principais jornais económicos espanhóis: o *Expansión*[4], o *El Economista*[5] e o *Cinco Días*[6], ainda que também, por vezes, fossem consultados outros de índole generalista, como o *El País*[7], o *El Mundo*[8] e o *ABC*[9]. Pontualmente, quando as informações precisadas eram exclusivas, recorria a alguns jornais online. De entre estes jornais online, destacam-se o elconfidencial.com ou o libertaddigital.com. Para a redacção de informações do âmbito internacional, recorria-se, maioritariamente, à agência contratada pelo *Jornal de Negócios*, a Bloomberg, à que se acede através do programa Millenium News. Noutros casos, também se consultava o site da agência noticiosa inglesa *Reuters*[10], a partir do qual se podia tirar ou completar informações relativas a mercados estrangeiros.

[4] www.expansion.com

[5] www.eleconomista.es

[6] www.cincodias.com

[7] www.elpais.es

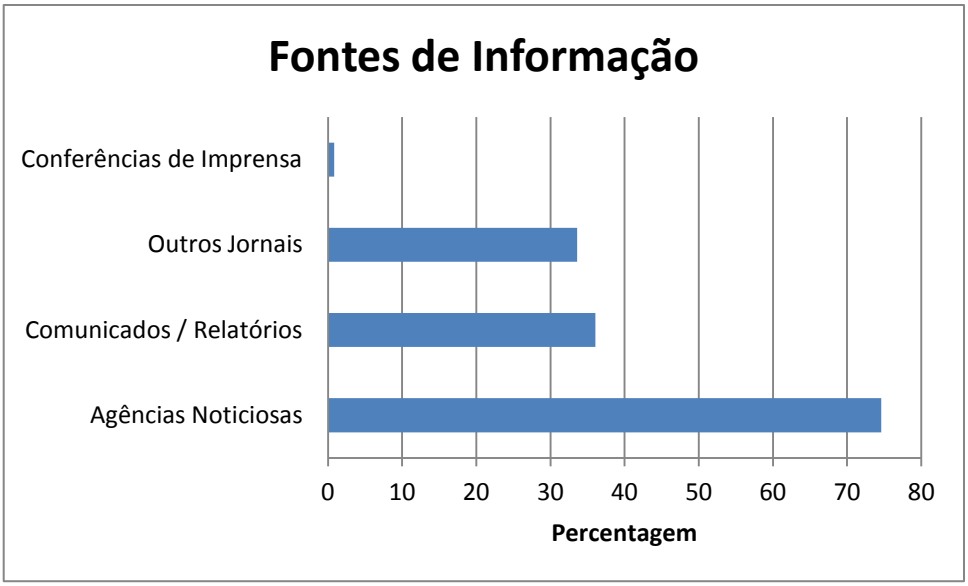
[8] www.elmundo.es

[9] www.abc.es

[10] www.reuters.com/finance

De igual forma, com fim à elaboração de peças relativas a empresas ou acontecimentos económicos internacionais, obtinha informações através das notícias disponíveis em outros meios de comunicação social de referência, como o *Financial Times* - do qual o *Jornal de Notícias* é assinante -, a *BBC*[11] ou o *The Guardian*[12].

Para ilustrar melhor a grande variedade de fontes de informação munidas durante o percurso no Jornal de Negócios, tem-se confeccionado um gráfico onde se pode perceber melhor as percentagens das fontes consultadas.



Fonte: Elaborado pelo autor.

É importante destacar que era sempre obrigatório informar os nossos leitores quais as nossas fontes e onde tínhamos obtido os dados, mesmo que fossem informações fornecidas por agências noticiosas ou outros órgãos de comunicação social. De igual modo, quando as informações eram recolhidas por jornalistas do *Jornal de Negócios*, era necessário especificar a origem da informação.

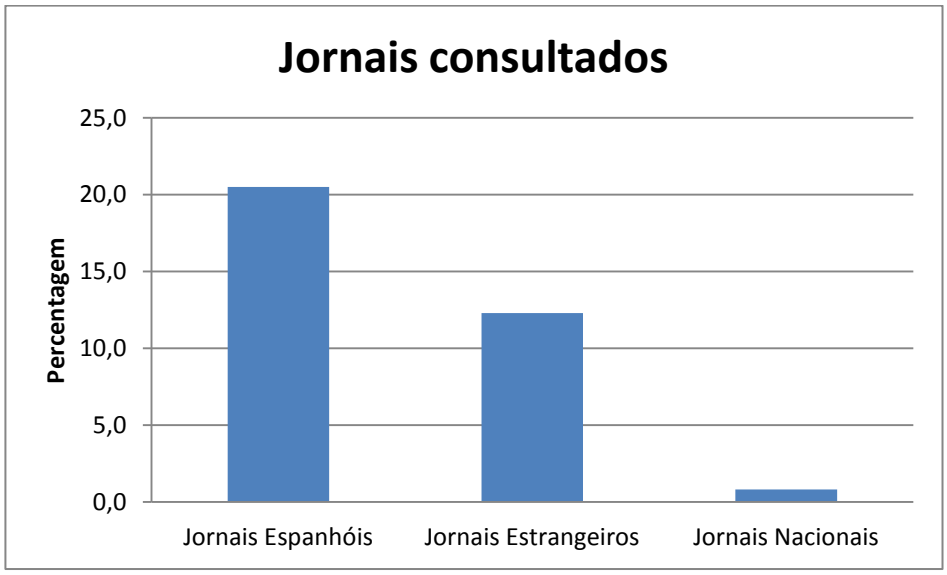
A questão das fontes de informação foi um dos pontos mais sublinhados por parte da editora, que prestava especial atenção à correção das referências nas peças jornalísticas de toda

[11] www.bbc.com/news/business

[12] www.theguardian.com/uk/business

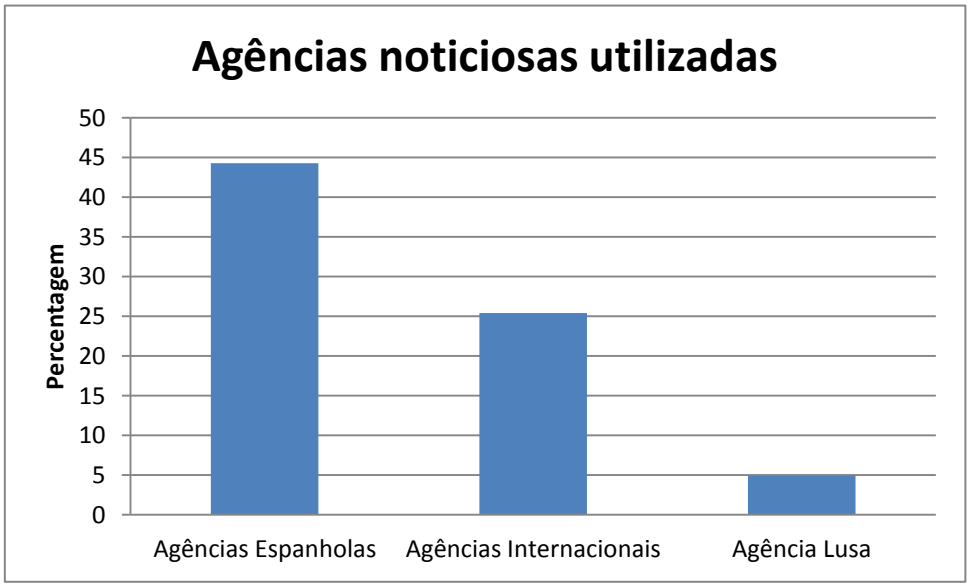
a equipa. A este respeito, salienta-se, que o *Jornal de Negócios* é um meio em que se cumpre rigorosamente no trabalho diário o código deontológico que rege a actividade jornalística em Portugal.

Para ver com mais detalhe a natureza das agências e dos jornais utilizados para a elaboração das peças publicadas no *Jornal de Negócios*, criaram-se estes dois gráficos, onde se evidencia a origem da fonte, diferenciando entre Nacional, Espanhol e Internacional. Em ambos os gráficos percebe-se que tanto no caso dos jornais (20,5%) como das agências (44,3%), as principais fontes de informação foram espanholas. Esta predominância deve-se a que, na maior parte dos casos, as informações sobre as quais se escrevia tivessem origem ou estivessem relacionadas com Espanha.



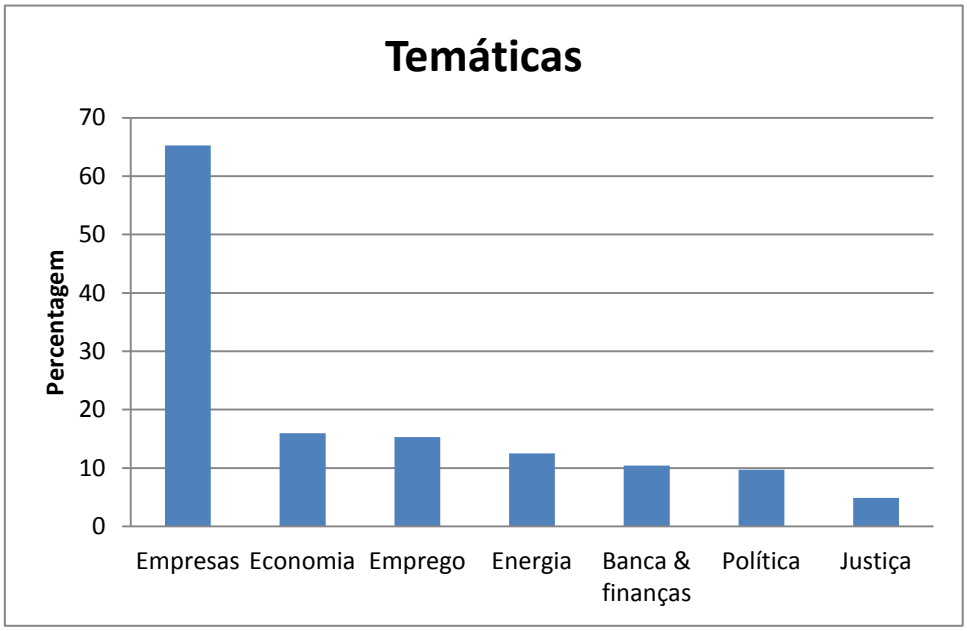
Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda relativamente às fontes de informação, nas peças relacionadas com a vida económica nacional, as principais fontes eram, geralmente, os comunicados de imprensa enviados pelas empresas/instituições ou a agência noticiosa nacional Lusa, à qual se acedia através do programa Millenium News. Estas consultas constituíram (como consta no gráfico anterior) (Agências Noticiosas), uma parte ínfima do trabalho desenvolvido (7%). Por outro lado, ao contrário do que ocorria com as informações internacionais, no caso das notícias de âmbito nacional, foram poucas as vezes em que se teve de recorrer a jornais para completar ou contextualizar qualquer informação. Apenas duas vezes foi consultada alguma publicação impressa portuguesa, como se verifica nos 2% do gráfico "Jornais Consultados".



Fonte: Elaborado pelo autor.

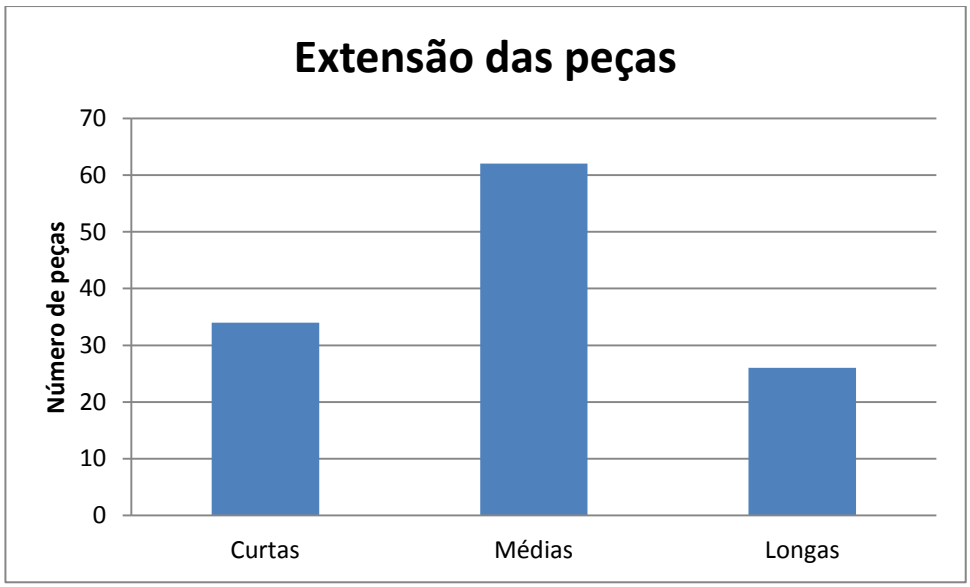
No que se refere à temática dos artigos, na generalidade dos casos, estes versavam sobre empresas ou companhias nacionais ou internacionais. Como se pode observar no gráfico "Temática das Peças", este tipo de informações constituíram quase metade (49%) das peças publicadas. Outras das temáticas mais comuns eram as relativas a emprego, despedimentos, recrutamento, etc, com uma percentagem de 11%. Também as questões puramente económicas, como a actualidade económica e fiscal de países como a Grécia, Espanha ou Alemanha, ocuparam um espaço central, atingindo 12% do total. O resto das notícias eram de temáticas variadas destacando-se a política generalista, as políticas energéticas e o acompanhamento de certos processos judiciais, geralmente espanhóis, como o caso da regularização de emprego da Coca-Cola ou o processo judicial da irmã e do cunhado do actual rei de Espanha, Felipe VI.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em quanto à extensão dos artigos, pode afirmar-se, segundo a análise realizada, que mais de 50% (concretamente, 51%) foram peças de tamanho médio, seguidas por peças curtas (28%) e peças longas (21%), que na sua maioria, foram realizadas a partir de relatórios ou notas de imprensa institucionais ou empresariais.

Não é por acaso que mais de metade das notícias publicadas tivessem sido de formato médio, já que tem de se ter em conta que todos os artigos inseridos estavam destinados ao site do *Negócios*. Geralmente, o leitor dos jornais digitais prefere os textos curtos ou médios ao invés dos mais extensos. Os leitores do *jornaldenegocios.pt* procuram rapidez e síntese, pois querem saber o que se está a acontecer com a maior imediatez e concisão possível. Neste sentido, espera-se que um jornalista de meios online saiba que se uma peça é demasiado comprida o leitor pode, previsivelmente, cansar-se e desistir de lê-la. O que interessa ao jornal e, consequentemente, ao jornalista, é que o leitor continue no seu site o máximo de tempo possível e valorize como atractivas as informações publicadas.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O total dos artigos publicados durante o estágio no *Jornal de Negócios* foi de 122, sendo que no mês de Novembro e Janeiro publicamos 45 e no mês de Dezembro 33. Esta diferença de uma dúzia de artigos deve-se a que, durante o último mês de 2014, o jornal nos tenha oferecido alguns dias de folga coincidentes com a época do Natal.

Os títulos dos artigos publicados durante os três meses em que decorreu o estágio na secção online do Jornal de Negócios foram os seguintes:

Novembro→

1. Novas pensões dos reformados em Espanha caem por primeira vez em 14 anos
2. Dono da Telhas Cobert vende o seu negócio por 26,5 milhões de euros
3. Rolls-Royce prevê eliminar 2,6 mil postos de trabalho nos próximos 18 meses
4. Indra encerrou a sessão com uma queda superior a 10% na Bolsa de Madrid
5. Gas Natural Fenosa obteve lucros de 1,23 milhões de euros até Setembro
6. Iberia quer reduzir o seu número de funcionários em quase 1.500
7. Tribunal de Contas Europeu detecta irregularidades no gasto do orçamento da EU
8. Durão Barroso: "Não vou fingir que tudo o que fiz foi correcto"
9. TAP aumenta em 6% o transporte de passageiros entre Portugal e o Reino Unido
10. Repsol aumenta lucros em 28% entre Janeiro e Setembro
11. Justiça europeia dá a razão às empresas espanholas e contraria Bruxelas
12. Justiça espanhola reduz acusações contra Infanta Cristina
13. Bankia atinge objectivos acordados com Europa 15 meses antes do previsto
14. Visita oficial ao México revelou as fraquezas destes eventos
15. Lucros da Telefónica caem penalizados por questões cambiais
16. Espanha: 641.500 novos postos de trabalho durante a época de Natal
17. CTT têm dois meses para actualizar dados sobre os estabelecimentos no site
18. Taxa de desemprego na Grécia situou-se em 25,9% em Agosto
19. George Soros será o novo accionista da FCC
20. Bill Gross recebeu bônus de 230 milhões de euros em 2013
21. Escravidão afecta mais de 35 milhões de pessoas no mundo
22. Seat abandonará o mercado russo em 2015
23. Regulador espanhol pode obrigar Soros a lançar OPA sobre a FCC
24. Filiais do Santander investigadas nos EUA
25. El Corte inglês criará cerca de 2 mil novos postos de trabalho para o Natal
26. Royal Bank of Scotland alerta sobre situação política em Espanha, Portugal e Grécia
27. Inditex obteve receitas de 553 milhões com vendas on-line
28. Grupo Dia encerrará 21 lojas em Espanha após aquisição dos supermercados El Árbol
29. Singapura é o melhor lugar do mundo para fazer negócios, a Líbia o pior
30. Iberdrola prevê que México e Brasil representem 25% dos lucros nos próximos anos

31. Enel vai colocar em bolsa 22% do capital da Endesa numa oferta de mais de 3 mil milhões
32. Espanha: Coca-Cola é obrigada a readmitir 351 funcionários que despediu
33. Governo de Rajoy poderá mudar o Senado de Madrid para Barcelona
34. El Corte Inglés investe 136 milhões de euros na compra de um terreno para a construção do seu maior centro comercial
35. FCC não chega a um acordo com Soros e procura o apoio de Slim
36. Citigroup foi alvo de uma coima de 15 milhões de dólares
37. Bosch poupa 395 milhões de euros em 10 anos graças as sugestões de trabalhadores
38. Banco de Espanha acredita que as empresas mais competitivas já podem aumentar salários
39. AIE realça importância de Portugal e Espanha no fornecimento de gás à Europa
40. ING eliminará 1,7 mil postos de trabalho nos Países Baixos
41. Grupo alemão msg arranca com operações comerciais em Portugal
42. Governo de Angela Merkel impõe quota feminina às administrações das empresas
43. Carlos Slim torna-se no principal accionista da constructora FCC com participação de 25%
44. BBVA acelera processo de reestruturação em Espanha
45. eDreams elimina 112 postos de trabalho

Dezembro →

1. Espanha: Dívida das famílias cai para níveis de 2006
2. Governo espanhol aprova imposto para as fortunas que saiam do país
3. Vendas de automóveis nos EUA registam o melhor mês desde 2003
4. Festival Super Bock Rock celebra 20 anos no Parque das Nações
5. Jorge Garduño será o novo director geral da Coca-Cola Ibéria
6. Media Markt abrirá 45 lojas em Espanha e criará cerca de 5 mil postos de trabalho
7. Orange confia em ter uma resposta da BT para antes do Natal
8. Ryanair transportou mais de 22% de passageiros em Novembro
9. Starbucks abre nova loja no El Corte Inglés de Lisboa
10. Grupo Serhs arranca actividades comerciais em Portugal
11. Europa procura alternativas ao gasoduto South Stream
12. HSBC despediu o responsável do seu departamento de negociação na Europa
13. Banco Santander investirá mais de 12 mil milhões de euros no México

14. Vodafone Espanha eliminará entre 600 a 1.800 postos de trabalho em 2015
15. Sector aéreo prevê lucros superiores a 25 mil milhões de dólares em 2015
16. BBVA prevê que Espanha crie 435 mil novos empregos em 2014
17. Fnac investe mais de 10 milhões de euros em Portugal
18. British Telecom pode anunciar em breve a compra da O2 ou da EE
19. Repsol negoceia a compra da Talisman Energy por 8 mil milhões de dólares
20. Ministro da Economia espanhol prevê que o PIB crescerá mais de 2% em 2015
21. Trabalhadores da Amazon Alemanha convocam greve de três dias
22. British Telecom poderá optar pela compra da EE
23. British Telecom inicia negociações exclusivas com a Orange e a Deutsche Telekom
24. Dono da Makro e da Media Markt mais que triplica lucros
25. Repsol compra Talisman Energy por 8,3 mil milhões de dólares
26. Tráfego das transportadoras low-cost aumenta 10,3% em Espanha
27. Cada português gastará de média 211 euros em presentes de Natal
28. BBVA e o Banco Sabadell poderão dar o salto para a Cuba
29. Ferrovial adquire três aeroportos britânicos
30. Espanha aprova ajudas de 426 euros mensais para desempregados de longa duração
31. Nestlé abre no Brasil a sua primeira fábrica de café fora da Europa
32. CVC compra o Sky Bet por 760 milhões de euros

Janeiro →

1. Hollande garante que está a fazer "todo os possíveis" para conseguir um crescimento superior a 1%
2. Tráfego da Ryanair cresceu 20% em Dezembro
3. Iberdrola será a maior produtora de energias renováveis do Reino Unido em 2015
4. Iberia fechou 2014 com um crescimento de 3% no tráfego
5. Juiz rejeita recurso da Infanta Cristina para evitar julgamento
6. Investimento estrangeiro cai 45% na Catalunha em 2014
7. Jerónimo Martins e Sonae sobem no "ranking" das maiores retalhistas do mundo
8. Slim poderá ser accionista maioritário do New York Times
9. Montepio lança campanha publicitária com "Shazam for TV"
10. Grupo Fiat-Chrysler criará mil novos postos de trabalho
11. Abengoa ganha contrato de 1.312 milhões de euros no México
12. Huawei prevê um lucro acima de 4,6 mil milhões de euros em 2014

13. Amazon criou mais de 6 mil novos postos de trabalho em 2014 na UE
14. EDP aumentou a qualidade de fornecimento eléctrico em Espanha em 2014
15. Adolfo Domínguez regista prejuízos de 10,2 milhões de euros
16. BP vai eliminar 300 postos de trabalho no Mar do Norte
17. Repsol abandona as Canárias devido à falta de sucesso
18. Portugal e Espanha repartem controlo do futuro Mercado Ibérico de Gás
19. Grupo Dia atinge 3 mil supermercados franchisados no mundo
20. 70% das empresas portuguesas prevêem contratar novos funcionários em 2015
21. Uber quer criar 50 mil novos postos de trabalho na Europa
22. Estradas de Portugal vai investir 134 milhões de euros em Vila Real
23. Unilever, parceira da JM, aumentou lucros em 6,8% em 2014
24. Twitter compra o servidor indiano ZipDial por cerca de 30 milhões de dólares
25. Sky também está interessada na filial britânica da Telefónica
26. Regulador da concorrência espanhol aprova a venda de activos da EDP em Espanha
27. Ministra das Finanças cabo-verdiana poderá vir a ser presidente do BAD
28. Netflix prevê operar em 200 países em dois anos
29. Bankinter obteve lucro de 276 milhões de euros em 2014
30. WhatsApp chega também aos computadores
31. Total vai reduzir as suas actividades no Mar do Norte e nos Estados Unidos
32. Ex-tesoureiro do PP afirma que Rajoy sabia da existência de contabilidade paralela desde o início
33. BBVA vende 4,9% do capital do banco chinês CNCB
34. EDP renova contrato com as pousadas de Espanha
35. Santander interessado na compra de 26% do banco polaco Alior Bank
36. Presidente executivo da fabricante de brinquedos Mattel demite-se após resultados
37. Terminal de cruzeiros de Leixões vai ser inaugurado em Março
38. Portugal e Espanha vão desenvolver um plano de cooperação para o turismo
39. Lucros da Siemens caem 25% no primeiro semestre
40. Turistas gastaram em Espanha 63 mil milhões de euros em 2014
41. Shell vai investir 11 mil milhões de dólares na maior central petroquímica do Médio Oriente
42. American Express vai começar a operar em Cuba
43. EDP vai abastecer luz e gás aos edifícios públicos bascos
44. Santander Brasil adquiriu 50% da empresa de cartões pré-pagamento Super
45. Banco Sabadell aumentou lucros em 50% em 2014.

3.4. Problemas, Soluções e Balanço

Como já se expôs no início deste trabalho, no apartado dos objectivos, o principal problema que se apresentou na hora de iniciar este trabalho foi a impossibilidade de realizar as tarefas jornalistas tendo como base a temática latino-americana, como se desejava. Como solução a este problema, decidiu-se procurar outro foco de trabalho, virando-se os objectivos para aquelas informações relativas à actualidade político-económica e financeira de Espanha.

O segundo grande problema que surgiu logo na primeira semana do estágio prende-se com a impossibilidade de assinatura das peças/notícias realizadas pelo estagiário durante o seu percurso na redacção.

Nenhuma das cento e vinte e duas notícias que o estagiário redigiu e publicou no site da Internet do *Jornal de Negócios* foi assinada. Esta foi e é, sem dúvida, a principal queixa e ponto negativo do estágio. A razão pela qual nenhuma das peças publicadas teve assinatura, foi por se tratar de um estágio de natureza curricular.

Em Portugal, segundo a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), um estagiário curricular não pode assinar as suas peças, porque teoricamente não está capacitado para desenvolver as funções próprias de um jornalista, pelo que supostamente, a sua função não é a de redigir notícias. Esta instituição, presidida pelo juíz Pedro Gonsalves Mourão, determinou em 2008, após consulta da agência noticiosa Lusa, que:

> "*o estagiário curricular não é um jornalista profissional nem sequer um estagiário profissional, pelo que não pode exercer, por falta de capacidade editorial, as funções referidas no n.º 1 do art.º 1.º do Estatuto do Jornalista, tendo em vista «a divulgação, com fins informativos, pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por qualquer outro meio electrónico de difusão», nem realizar tarefas que configurem o preenchimento de um posto de trabalho de jornalista*." (Consulta do Conselho de redacção da âgencia Lusa sobre o entendimento da CCPJ quanto às actividades que podem ser desenvolvidas pelos estagiários curriculares, 2008).

Segundo este organismo responsável pela acreditação dos jornalistas portugueses, o estagiário não poderia ter escrito, nem inserido nenhuma das peças que foram publicadas durante o estágio, já que ele não é detentor da carteira profissional e também não teve *status* de estagiário profissional (únicos dois casos em Portugal com "capacidade editorial"). Porém, devido à experiência prévia e ao empenho demonstrados pelo estagiário, junto da boa vontade da direção da secção e do jornal, nunca houve nenhum impedimento para poder desenvolver as tarefas que lhe foram requeridas, tendo sido tratado como um profissional da informação. De

facto, em alguns aspectos o estagiário tornou-se um jornalista dentro da equipa de trabalho do diário.

Para que o *Jornal de Negócios* evitasse problemas como os ocorridos em Julho de 2014 entre o jornal *Público* e a Comissão -incidente no qual a CCPJ "ameaçou ao *Público* com a aplicação de multas que podiam ascender a muitos milhares de euros" por adoptar um novo sistema de co-assinatura no qual os estagiários curriculares podiam identificar os seus trabalhos "usando a expressão *editado por…*, de forma a incluir e a responsabilizar o profissional credenciado que acompanhou o trabalho." (Henriques, 2014), foi decidido que não seriam assinadas nenhuma das peças.

Deste modo, cada uma das informações desenvolvidas e tratadas durante o estágio no *Jornal de Negócios foram* publicadas sob a firma genérica: *"por Jornal de Negócios | jng@negocios.pt".*

É importante acrescentar que todos os textos redigidos foram minuciosamente corrigidos e lidos pela editora da secção online do jornal, a jornalista Sara Antunes (nº de carteira profissional 7426), ou, na sua ausência, pela coordenadora para a secção online, a jornalista Ana Luísa Marques. Contudo, isto não supunha de modo algum, um tratamento especial. Aliás, nenhum dos textos elaborados pelos diferentes jornalistas da secção era inserido na plataforma do *jornaldenegocios.pt* sem ter, previamente, o aval da editora ou da coordenadora online.

As funções a desenvolver por parte dos estagiários curriculares foi e continua a provocar uma das mais fortes discussões dentro do sector da comunicação social em Portugal. Algumas vozes apontam que é só a escrever, a comunicar, que os jovens jornalistas conseguem aperfeiçoar as suas qualidades e a destreza profissionais.

A este propósito, o director do *Correio da Manhã*, Octávio Ribeiro, critica a medida, afirmando que "a lei ficou parada no tempo" e assegura que "a única maneira de praticar jornalismo é fazê-lo. A auto-regulação é a melhor solução neste caso" (Henriques, 2014). No mesmo sentido vai a opinião do ex-director da licenciatura de Ciências da Comunicação da Faculdade de Letras do Porto, Paulo Frias: "O estágio serve para aproximar os estudantes da prática profissional" e, se o seu papel fica praticamente reduzido ao de meros observadores do trabalho alheio, este período que completa a formação académica "perde o sentido". "Não consigo entender a posição da Comissão da Carteira Profissional", assevera." (Henriques, 2014).

Outras posições, pelo contrário, afirmam que deixar que os estagiários redijam os seus próprios textos apenas conduz à exploração laboral, à utilização dos estudantes como "mão de obra escrava" e à substituição de profissionais por aprendizes. Por exemplo, para o presidente do Sindicato de Jornalistas, Alfredo Maia, "o estagiário curricular não está habilitado a exercer a profissão e está a ocupar o posto de trabalho de um profissional", ainda para mais numa época marcada pelos despedimentos dentro do sector. "Os estagiários são utilizados à borla, como se fossem profissionais", acrescenta o dirigente, que admite apenas uma excepção: a publicação de um texto no final do estágio, desde que a qualidade de estagiário do autor esteja assinalada (Henriques, 2014).

Continuando com a exposição das problemáticas encontradas durante a consecução desta parte do trabalho, além da questão da autoria das peças, outro dos aspectos negativos que se salientam do estágio foi o facto de serem raras as oportunidades de sair da redacção para recolher informações. As saídas ao exterior unicamente se deram uma vez, para participar num colóquio sobre as oportunidades de negócio e o investimento português no México. Este colóquio foi a única assistência a uma conferência de imprensa em todo o percurso no *Jornal de Negócios*.

Para um jornalista, a assistência a eventos fora da redacção é básico e fundamental. Afirma-se isto porque é só através das saídas como o jornalista-estagiário é capaz de desenvolver certas capacidades e destrezas, como a facilidade para recolher informações de primeira mão, o arrojo para interactuar com os protagonistas das notícias, assim como, o atrevimento para começar a formular questões e perguntas que sejam de interesse, não só para o trabalho do próprio jornalista, senão também para o resto de jornalistas presentes e para a sociedade em geral. Junto destas causas a assistência às conferências de imprensas e eventos permite a composição de uma agenda de contactos que poderão vir a ser futuras fontes de informação para próximos trabalhos informativos.

Pese a esta série de inconvenientes encontrados durante o percurso do estágio no Jornal de Negócios o balanço final pode valorizar-se como altamente positivo. O estágio no diário económico permitiu ao estagiário continuar a sua formação dentro do sector da especialização jornalística em economia e finanças começada anos atrás. De igual modo, ao tratar-se de um meio publicado em português, o estágio também teve a magnífica oportunidade de desenvolver, ampliar e aperfeiçoar as suas competências em língua portuguesa, assim como os seus conhecimentos sobre a estrutura e actualidade económica em Portugal e nas regiões de interesse

para o público português, como é a comunidade de países lusófonos, nomeadamente, o Brasil e Angola.

Como remate a estas considerações finais, cabe salientar que tão positiva foi esta experiência profissional e vital para o estagiário, que este considera que um percurso de três meses não são suficientes para afixar e desenvolver todos os conhecimentos e aptidões adquiridos durante esse breve período de estágio.

Conclusão

Os eixos fundamentais sobre os quais versa este relatório são o jornalismo económico, a questão da secessão da Catalunha e a experiência como estagiário no Jornal de Negócios. Este trabalho não poderia ter sido levado a cabo sem a revisão destes três pontos, que, por sua vez, compõem os três capítulos em que se divide o presente relatório.

Nos últimos anos, por influência da crise económica que deflagrou no mundo ocidental, o jornalismo especializado em economia e finanças é um dos ramos da informação que mais importância tem tido. Em países onde se tem experienciado com mais virulência esta crise económica, este tipo de jornalismo tem vindo a ganhar cada vez mais o seu espaço, principalmente, nos órgãos de comunicação social convencionais, ou seja, na televisão, na rádio e nos jornais generalistas. Tem conseguido ainda um notável aumento, tanto qualitativo como quantitativo, da visibilidade em meios de comunicação especializados na difusão de informações de carácter económico e financeiro. Estes meios, de que são exemplo em Portugal, o *Jornal de Negócios* e o *Diário Económico*, têm apostado fortemente nas secções online dos seus jornais e no desenvolvimento de novas plataformas, como aplicações para telemóveis e tablets, assim como canais de televisão específicos. Esta evolução e materialização do jornalismo especializado em economia e finanças é a base do capítulo primeiro deste trabalho. Neste capítulo o leitor poderá observar o devir deste ramo do jornalismo e a sua influência como actor na actualidade da vida económica dos países e concretamente de Portugal. Sublinha-se nesta parte do trabalho a dificuldade encontrada para poder contextualizar o jornalismo económico português, devido à inexistência de bibliografia relativa a esta área em Portugal.

No segundo capítulo deste trabalho figura outro dos pilares que suporta este relatório, a questão da Catalunha e o paradigma territorial espanhol. Como assinalado desde o início, o objectivo principal deste trabalho é conhecer o tratamento e a cobertura jornalística do processo independentista catalão, tendo como núcleo a "consulta popular de nove de Novembro de 2014" na imprensa económica portuguesa e, concretamente, no caso do *Jornal de Negócios*. Para atingir este objectivo foi preciso rever conceitos como a criação do Estado espanhol, a divisão autonómica de Espanha e o percurso do movimento nacionalista catalão. Este capítulo culmina com uma análise de conteúdo, que examina os 32 artigos publicados pelo site do Jornal de Negócios entre Setembro de 2014 e Janeiro de 2015.

Neste ambiente do jornalismo online e com o marco temático da economia, desenvolveu-se o estágio realizado na secção online do *Jornal de Negócios* entre os meses de Novembro de 2014 e Janeiro de 2015. Esta experiência profissional constitui a pedra angular para a articulação do terceiro e último capítulo deste relatório. Uma vivência preciosa para quem aspira a ser um bom jornalista económico e uma útil ferramenta para ampliar conhecimentos e continuar o processo de aprendizagem como profissional da comunicação.

Após um balanço de prós e contras, é justo afirmar que se tratou de uma oportunidade perfeita para, em primeiro lugar apreender as técnicas de redacção de um jornal económico em Portugal, e em segundo lugar, conhecer em primeira mão a actualidade económica do país. Dentro deste processo é importante sublinhar que este estágio foi determinante para a aquisição de conhecimentos específicos, como o reconhecimento das principais empresas do país, as suas filiais, os seus negócios e sectores, os seus nichos de mercado, o seu percurso e os seus desafios futuros. Porém, não só se revelou possível tomar conhecimento das grandes, como também houve espaço para aprender sobre as denominadas pequenas e médias empresas. Estas, ainda que não contem com a mesma relevância que as anteriores dentro das folhas do jornal, também desempenham um papel fundamental na malha empresarial e económica do país.

Durante os três meses de duração do estágio, assinalaram-se ainda algumas deficiências e carências no dia-a-dia do jornal, como evidencia as problemáticas referidas no capítulo terceiro. Apesar destes pontos negativos, o balanço final é satisfatório. A leitura que se faz do período como estagiário é o primeiro passo para a inserção no mundo jornalístico económico português. Que melhor maneira de começar uma carreira profissional como jornalista em Portugal do que realizar um estágio num dos dois principais jornais económicos do país? Um jornal com grandes ambições e projectos de futuro que, sem dúvida, surpreenderão, em pouco tempo, a comunidade jornalística nacional. Este estágio, de apenas três meses, supõe um ponto de partida, revelando-se uma experiência rica, motivadora, e que alimenta novas oportunidades, tanto fora como dentro do país.

Referências Bibliográficas

Amat, O. y otros, (2014). *Economía de Cataluña.* Barcelona: Profit.

Anguera, P., (2006). *Los Nacionalismos en la España Contemporánea.* Málaga: Centro de ediciones de la Diputación de Málaga.

Burkett, W., (1986). *Jornalismo Científico: como Escrever sobre Ciência, Medicina e Alta Tecnologia para os Medios de Comunicação.* Rio de janeiro/São Paulo: Forense Universitária.

Coca, C. & Diezhandino, M. P., 1991. *Periodismo Económico.* Madrid: Paraninfo.

Consulta do Conselho de redacção da âgencia Lusa sobre o entendimento da CCPJ quanto às actividades que podem ser desenvolvidas pelos estagiários curriculares (2008) Comissão da Carteira Profissional de Jornalista.

Fontana, J., (1999). *El Romanticisme i la formació d'una história nacional catalana.* Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.

Galdón López, G., (1994). *Desinformación. Método, aspectos y soluciones.*. Pamplona: Eunsa.

Gellner, E., (1998). *Nacionalismo.* Barcelona: ediciones Destino.

Guereña, J.-L. & Morales Muñoz, M., (2006). *Los nacionalismos en la España contemporánea. Ideologías, movimientos y símbolos.*. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga.

Kucinski, B., (2000). *Jornalismo Econômico.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Llobera, J. R., (2000). *O Deus da Modernidade.* Oeiras: Editora Celta.

Marchetti, D., (2002). *Les Sous-Champs Spécialisés du Journalisme.* Paris: Hermès Sciences Publications.

Martins, C., (2007). *30 Anos de Jornalismo Económico em Portugal.* Lisboa: Livros Horizonte.

Mateus, A., (1992). A Economia Portuguesa Depois da Adesão às Comunidades Europeias: Transformação e Desafios.. *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa,* XXVI(118/119), pp. 655-671.

Navarro Monzó, J., (1908). *Catalunha e as nacionalidades ibéricas.* Lisboa: Livraria Central.

Río, R. d., (2008). *Periodismo económico y financiero.* Madrid: Síntesis.

Sharff, E. E., (1987). *Una gran potencia mundial: The Wall Street Journal*.. Barcelona: Planeta.

Teixeira Fernandes, A., (2007). *Nacionalismo e Federalismo em Portugal.* Porto: Edições Afrontamento.

Tengarrinha, J., (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*.. Lisboa: Editorial Caminho.

Timoteo Álvarez, J., (1987). *Historia y modelos de la comunicación en el siglo XX.* Barcelona: Ariel.

Timoteo, Á. J., (1985). *La Prensa Económica y Financiera en España: 1875-1940.* Madrid: Instituto de Estudios Fiscales.

Outras obras consultadas

Faustino, P., (2006). *A Imprensa em Portugal: Transformações e tendências.* Lisboa: Media XXI / Formalpress.

Leguma, J., (2014). *Los 10 mitos del nacionalismo catalán.* Barcelona: Planeta.

Miguel Arruti, A. & Flores Vivar, J., 2001. *Ciberperiodismo: Nuevos enfoques, conceptos y profesionales emergentes en el mundo infodigital.* México D.F.: Limusa.

Webgrafia

Gaião, P., 2012. *Expresso.* Disponível em: http://expresso.sapo.pt/blogues/blogue_paulo_gaiao/portugal-tem-de-apoiar-a-independencia-da-catalunha=f754780
[Acedido por última vez a 23 de Maio de 2015].

Henriques, A., 2014. *Público*. Disponível em: http://www.publico.pt/sociedade/noticia/jornais-que-publiquem-textos-assinados-por-estagiarios-arriscam-multa-1661566
[Acedido por última vez a 23 de Maio de 2015].

Madrid, A., 2015. *AICEP*. Disponível em: http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewDetail.aspx?newId=%7BE7E47522-EF74-4767-969A-A811DF9007A5%7D
[Acedido por última vez a 23 de Maio de 2015].

Manjón, P. L., 2014. *Radio Televisión Española* Disponível em: http://www.rtve.es/noticias/20140914/petroleo-banca-whisky-claves-para-economia-posible-escocia-independiente/1009680.shtml
[Acedido por última vez a 23 de Maio de 2015].

Observatorio de la imagen de España, 2014. *Real Instituto Elcano.* Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/observatoriomarcaespana/oie-analisis-de-la-imagen-de-espana-en-la-prensa-internacional-en-2014
[Acedido por última vez a 23 de Maio de 2015].

Oppenheimer, W., 2014. *El País.* Disponível em: http://internacional.elpais.com/internacional/2014/09/18/actualidad/1411032254_096549.html
[Acedido por última vez a 23 de Maio de 2015].

Ruiz Castro, M., 2014. *ABC.* Disponível em: http://www.abc.es/20121105/espana/abci-diferencias-referendo-cataluna-escocia-201211031754.html
[Acedido por última vez a 23 de Maio de 2015].

Viegas, P., 2014. *Diário de Notícias.* Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=4226687
[Acedido por última vez a 23 de Maio de 2015].

Anexos

Anexo I: Lista de peças informativas usadas na análise de conteúdo

Lista de artigos utilizados neste trabalho para a análise de conteúdo acerca da cobertura na imprensa económica portuguesa sobre o processo secessionista catalão de 9 de Novembro de 2014:

Movimentos independentistas impulsionam juros da dívida por toda a Europa
http://www.jornaldenegocios.pt/mercados/detalhe/movimentos_independentistas_impulsionam_juros_da_divida_por_toda_a_europa.html

Risco de referendo na Catalunha faz subir juros de Espanha
http://www.jornaldenegocios.pt/mercados/detalhe/risco_de_referendo_na_catalunha_faz_subir_juros_de_espanha.html

Madrid admite suspender autonomia da Catalunha para evitar referendo
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/madrid_admite_suspender_autonomia_da_catalunha_para_evitar_referendo.html

Sismo escocês pode redesenhar outras geografias da Europa
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/sismo_escoces_pode_redesenhar_outras_geografias_na_europa.html

Bancos catalães admitem mudar a sede se ganhar "sim" no referendo
http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/banca___financas/detalhe/bancos_catalaes_admitem_mudar_a_sede_se_ganhar_sim_no_referendo.html

Artur Mas assina convocatória de referendo na Catalunha nos "próximos dias"
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/artur_mas_assina_convocatoria_de_referendo_na_catalunha_nos_proximos_dias.html

Autarquias catalãs aprovam realização de consulta à soberania de 9 de Novembro
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/autarquias_catalas_aprovam_realizacao_da_consulta_soberanista_de_9_de_novembro.html

Consulta independentista catalã suspensa pelo Tribunal Constitucional
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/consulta_independentista_catala_suspensa_pelo_tribunal_constitucional.html

Rajoy: O referendo na Catalunha não "é compatível com a Constituição"
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/uniao_europeia/zona_euro/detalhe/rajoy_o_referendo_nao_e_compativel_com_a_constituicao.html

Fitch avisa para probabilidade de cortar o "rating" da Catalunha para lixo
http://www.jornaldenegocios.pt/mercados/detalhe/fitch_avisa_para_probabilidade_de_cortar_o_rating_da_catalunha_para_lixo.html

Governo espanhol e PP vão impugnar constituição de junta eleitoral na Catalunha
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/governo_espanhol_e_pp_vao_impugnar_constituicao_de_junta_eleitoral_na_catalunha.html

Governo catalão decide se faz referendo até dia 15 de Outubro
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/governo_catalao_decide_se_faz_referendo_ate_dia_15_de_outubro.html

Governo da Catalunha renuncia ao referendo e anuncia alternativa na terça-feira. Rajoy reage com satisfação.
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/governo_da_catalunha_renuncia_ao_referendo_e_anuncia_alternativa_na_terca_feira.html

Catalunha mantém intenção de realizar referendo a 9 de Novembro
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/uniao_europeia/zona_euro/detalhe/catalunha_mantem_intencao_de_realizar_referendo_a_9_de_novembro.html

Tribunal Constitucional suspende consulta pública sobre independência da Catalunha
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/tribunal_constitucional_suspende_consulta_publica_sobre_independencia_da_catalunha.html

Governo catalão mantém processo participativo de domingo
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/governo_catalao_mantem_processo_participativo_de_domingo.html

Consulta popular sobre independência da Catalunha pode avançar se organizada por cidadãos
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/supremo_tribunal_espanhol_recusa_pedido_contra_suspensao_da_consulta_popular.html

JPMorgan prefere dívida irlandesa à espanhola devido ao crescimento do Podemos e às reivindicações da Catalunha
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/jp_morgan_prefere_divida_irlandesa_a_espanhola_devido_ao_crescimento_do_podemos_e_as_revindicacoes_da_catalunha.html

Quase 41 mil voluntários organizam consulta de domingo aos catalães
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/quase_41_mil_voluntarios_organizam_consulta_de_domingo_aos_catalaes.html

Catalães pronunciam-se sobre independência à revelia da Constituição
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/aaaaa.html

Catalunha: Participação ascende a 2,236 milhões com 96,9% dos votos contados
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/quase_81_dos_catalaes_votaram_sim_e_sim_a_favor_de_estado_independente.html

Catalunha: Mais de um milhão de pessoas votaram na consulta catalã nas primeiras 4 horas
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/catalunha_mais_de_um_milhao_de_pessoas_votaram_na_consulta_catala_nas_primeiras_4_horas.html

Catalunha: 80,76% votaram "sim" pela independência
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/catalunha_8076_votaram_sim_pela_independencia.html

Depois da vitória esmagadora do sim à independência da Catalunha já se fala de eleições
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/depois_da_vitoria_esmagadora_do_sim_a_independencia_da_catalunha_ja_se_fala_em_eleicoes.html

Rajoy desvaloriza 9-N e classifica consulta de "fracasso"
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/rajoy_desvaloriza_9_n_e_classifica_consulta_de_fracasso.html

Rui Moreira fala sobre independência com o líder catalão
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/rui_moreira_fala_sobre_independencia_com_o_lider_catalao.html

Governo de Rajoy poderá mudar o Senado de Madrid para Barcelona
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/o_governo_de_rajoy_poderia_trasladar_o_senado_de_madrid_a_barcelona.html

Artur Mas tem novo plano para a independência da Catalunha
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/artur_mas_tem_novo_plano_para_a_independencia_da_catalunha.html

Sondagem: Maioria dos catalães receia efeitos económicos do processo de independência
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/uniao_europeia/zona_euro/detalhe/sondagem_maioria_dos_catalaes_receia_efeitos_economicos_do_processo_de_independencia.html

"Não" à independência da Catalunha supera "sim" pela primeira vez desde 2012
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/nao_a_independencia_da_catalunha_supera_sim_pela_primeira_vez_desde_2012.html

Investimento estrangeiro cai 45% na Catalunha em 2014
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/uniao_europeia/detalhe/espanha_o_investimento_estrangeiro_cai_45_na_catalunha_em_2014.html

Eleições antecipadas na Catalunha marcadas para 27 de Setembro
http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/eleicoes/detalhe/eleicoes_antecipadas_na_catalunha_marcadas_para_27_de_setembro.html